UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

CRISTINA HILSDORF BARBANTI

Representação e recuperação da informação em Centros de Memória

SÃO PAULO
2015

CRISTINA HILSDORF BARBANTI

Representação e recuperação da informação em Centros de Memória

Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Cultura e Informação

Orientadora: Profª Drª Vania Mara Alves Lima

(Versão Corrigida. O original se encontra disponível na biblioteca da ECA-USP)
SÃO PAULO
2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação

Serviço de Biblioteca e Documentação

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo

Dados fornecidos pela autora

Barbanti, Cristina Hilsdorf

Representação e recuperação da informação em Centros de Memória / Cristina Hilsdorf Barbanti. -- São Paulo: C. H. Barbanti, 2015.

77 p.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.

Orientadora: Vania Mara Alves Lima

Bibliografia

1. Centro de Memória 2. Vocabulário controlado 3. Representação e recuperação da informação I. Lima, Vania Mara Alves II. Título.

CDD 21.ed. - 020

Nome: BARBANTI, Cristina Hilsdorf
Título: Representação e recuperação da informação em Centros de Memória

Dissertação apresentada à Escola Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovado em:

Banca Julgadora

Profª. Drª. Vania Mara Alves Lima *(orientadora)* — Instituição: USP
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. — Instituição:
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. — Instituição:
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. — Instituição:
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. — Instituição:
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Dedicatória

Para minha mãe, por tudo mesmo.

Agradecimentos

Agradeço imensamente a professora Vânia Mara Alves Lima, pela orientação, e principalmente por ter me acolhido tão bem, com as professoras Marilda Lara e Fátima Tálamo, há uns bons anos atrás na salinha dela no CBD. Vocês despertaram em mim uma curiosidade e vontade que agora resulta nessa dissertação.

Aos colegas de Pós-Graduação da Ciência da Informação da ECA/USP, pela atenção, carinho e conversas, especialmente ao Paulo, Francisco, Deny e Cléia. Não dá para dizer que não nos divertimos.

Agradeço muito meu irmão Samuel Barbanti e minha irmã Gabriela Barbanti, por todo apoio dado ao longo desses 3 anos, preciso contar que foi bem importante. À minha mãe Maria Lucia Hilsdorf pelo exemplo preciso, e ao meu pai Luciano Barbanti e a Berenice Damasceno por sempre me lembrarem que daria tudo certo no final. Também agradeço a Manu e ao Rafinha, pela beleza infinita.

À família escolhida segue os agradecimentos por terem feito meus dias mais leves e aconchegantes, eles vão para Erica Melo, Beta Prates, Eneida Labaki, Ian Prates, Edu Abreu, Daniel Honorato e Anike Laurita. Para todas as amadas da Aplicação, pela vida inteira juntas (que sempre estarão em qualquer agradecimento nessa vida).

Finalmente, gostaria de agradecer à CAPES, pela bolsa ao longo desses anos, sem a qual essa dissertação dificilmente poderia ter sido realizada e a todos mais que eu não tenha citado nesta lista de agradecimentos, mas que de uma forma ou de outra contribuíram para a minha dissertação.

RESUMO

Os Centros de Documentação possuem nomenclaturas variadas: Centro de Documentação, Centro de Referência, Centro de Memória, Núcleo de Documentação e outros. Nessa pesquisa, utilizaremos o termo Centro de Memória, numa tentativa de padronização, à luz de algumas pesquisas recentes. Ao nos referirmos a Centros de Memória institucionais, a heterogeneidade da informação acumulada é abundante. Trata-se de diversos suportes que são ou pretendem ser armazenados, tais como papéis, cartazes, mapas, objetos tridimensionais, livros, CDs e imagens, entre outros. Essa heterogeneidade nos trouxe a necessidade de um estudo e de uma reflexão teórica mais aprofundados, no que concerne ao tratamento da informação nas três áreas envolvidas pela nossa pesquisa – Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia – sob a ótica da Organização e Representação do Conhecimento, no âmbito da Ciência da Informação. O levantamento trouxe uma perspectiva histórica das três áreas, estudadas verticalmente, trazendo pontos de intersecção e diferenciação entre elas. Uma vez que a representação de cada acervo é diferente, acarretando problemas em sua recuperação, propusemos a utilização das Linguagens Documentárias para compatibilizar o acesso à recuperação desses acervos. Assim, procuramos investigar e discutir a viabilidade de um novo modelo de vocabulários controlados que possa melhorar a qualidade do acesso à informação nos acervos de Centros de Memória e contribuir com os estudos sobre a linguagem no campo da Ciência da Informação. Essa construção deve ser pontuada por diretrizes específicas para a representação e recuperação da informação em Centros de Memória, como uma decisão administrativa estratégica para a padronização e otimização de serviços, e a racionalização da recuperação da informação. Estes procedimentos e diretrizes devem ser trabalhados e acordados na construção de uma Política de Indexação. Em suma, a pesquisa discute a necessidade atual do desenvolvimento de diretrizes que se utilizem das Linguagens Documentárias, para que sejam atendidas as especificidades de recuperação da informação em acervos de Centros de Memória – sobretudo, os que possuam informação registrada nos arranjos pertencentes à tríade: arquivo, biblioteca e museu.

Palavras-Chave: Centro de Memória, Ciência da Informação, Arquivologia, Museologia, Biblioteconomia, indexação, Linguagem Documentária, Terminologia.

ABSTRACT

The Documentation Centers have different nomenclatures: Documentation Center, Reference Center, Memory Center, Memorial Center, and others. In this research, we will use the term Memory Center in an attempt to standardization - in the light of some recent research done. When referring to institutional Memory Centers, our attention is drawn to the heterogeneity of the accumulated information. It is many document formats that are or intend to be stored, such as papers, posters, maps, three-dimensional objects, books, CDs and images, among others. This heterogeneity brought us the need for a study and a deeper theoretical reflection, regarding the processing of information in the three areas involved by our research - Archival, Library and Museum Studies - from the perspective of the Organization and Knowledge Representation, under Information Science. The survey brought a historical perspective of the three areas that were studied vertically, bringing points of intersection and differentiation between them. Since the representation of each collection is different, causing problems in their recoveries, we proposed the use of Documentary Languages to grant access to the recovery of these collections. Hence, we try to investigate and discuss the feasibility of a new controlled vocabularies model, which can improve the quality of access to information in memory centers of collections and contribute to the study of the language in the field of Information Science. This construction should be punctuated by specific guidelines for the representation and retrieval of information in memory centers as a strategic management decision for the standardization and optimization of services, and the rationalization of information retrieval. These procedures and guidelines should be worked out and agreed on building a Indexing Policy. In short, the study discusses the current need to develop guidelines that use the Documentary Languages, so the specifics of information retrieval are met in Memory Centers collections - especially those who have information recorded in the arrangements belonging to the triad Archival, Library and Museum.

Keywords: Memory Center, Information Science, Archival, Museum, Library, indexing policy, Documentary Language, Terminology.

Lista de Quadros

Quadro 1 - Análise de estrutura: Centro de Memória Bunge _____ 21
Quadro 2 - Análise de estrutura:Centro de Memória Bosch _____ 22
Quadro 3 - Análise de estrutura:Centro de Memória BM&FBOVESPA_____ 23
Quadro 4 - Análise de estrutura:Centro de Memória Dorina Nowill _____ 26
Quadro 5 - Análise de estrutura:Centro de Memória do Circo_____ 27
Quadro 6 - Análise de estrutura:Núcleo de Documentação e Pesquisa da FES_____ 31
Quadro 7 - Quadro Comparativo Sintético entre Instituições _____ 32
Quadro 8 - Estrutura dos acervos arquivístico _____ 42
Quadro 9 - Estrutura dos acervos bibliográficos _____ 45
Quadro 10 - Estrutura dos acervos museológicos _____49
Quadro 11 - Características de constituição de acervo nos Centros de Memória _____50
Quadro 12 - Etapas para Construção de um Centro de Memória _____53

Lista de Siglas e Abreviaturas

CI	Ciência da Informação
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
CM	Centro de Memória
FES	Fundação de Energia e Saneamento
LD	Linguagem Documentária
LN	Linguagem Natural
ORC	Área de Organização e Representação da Informação e do Conhecimento (Departamento de Biblioteconomia da ECA-USP)
TCT	Teoria Comunicativa da Terminologia
TGT	Teoria Geral da Terminologia
TR	Termo(s) Relacionado(s)

SUMÁRIO

Introdução 12

1. Centros de memória: panorama atual 17
1.1. Centros de Memória Empresarial 19
1.2. Centros de Memória sem fins lucrativos 24
1.3. Uma possível caracterização de Centro de Memória 33

2. Acervos: aproximações e diferenças 35
2.1. Acervos arquivísticos 39
2.2. Acervos bibliográficos 43
2.3. Acervos museológico 47
2.4. Os acervos em conjunto 50

3. Implementação do Centro de Memória 52
3.1. Vocabulários controlados para Centro de Memória 54
3.1.1. As Linguagens documentárias 55
3.1.2. Terminologia 58
3.1.3. A construção do Vocabulário Eletromemória: alcances e limitações 62

4. Considerações Finais 66

Referências Bibliográficas 69

Introdução

Os Centros de Documentação possuem nomenclaturas variadas: Centro de Documentação, Centro de Referência, Centro de Memória, Núcleo de Documentação e outros. Nessa pesquisa, utilizaremos o termo Centro de Memória, numa tentativa de padronização, à luz de algumas pesquisas recentes.[1]

A criação e instituição de um Centro de Memória se inicia, geralmente, com a identificação de documentação probatória, já não mais utilizada, mas que constitua a memória organizacional daquela instituição. Outras vezes, discute-se a trajetória histórica daquela instituição, onde é prática a coleta e disseminação de informação de cunho histórico, compondo uma miscelânea de peças, obras, objetos, documentos textuais e imagens, numa tentativa de preservação da "alma" dos fundadores e participantes da instituição. De qualquer forma, nota-se a partir das décadas de 1980 e 1990, no Brasil, um olhar das empresas e instituições, tanto públicas quanto privadas, para a constituição de Centros de Memória como parte integrante de sua estrutura organizacional, onde pudessem agregar a documentação histórica e/ou comprobatória de sua instituição.

Portanto, ao utilizarmos o termo Centro de Memória, estamos levando em conta não apenas o acúmulo de documentação inerente às instituições, mas também a abordagem no sentido de resgatar, preservar e disseminar sua memória institucional. Neste trabalho, abordaremos também as questões inerentes às informações documentais selecionadas e contidas nos Centros de Memória.

A forma de organização e representação das informações documentais, com vistas à preservação e disseminação do acervo, insere esta pesquisa no campo da Ciência da Informação, mais precisamente no subcampo científico Organização e Representação do Conhecimento (ORC), ainda que os Centros de Memória sejam identificados tradicionalmente com as áreas da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, devido à natureza e constituição dos tipos de documentos que constituem seus acervos, bem como os diferentes registros elaborados para a representação e recuperação dessa informação documental.

[1]Para tal padronização, que iremos desenvolver ao longo do capitulo I dessa pesquisa, estamos nos referindo à priori à recente obra de Camargo e Goulart (2015). Outra fonte importante que nos encaminhou a essa definição foi o trabalho de Fontanelli (2005).

Os propósitos e anseios desta pesquisa surgiram a partir da experiência com o projeto *Eletromemória I - História da Energia Elétrica no Estado de São Paulo: Acervos Documentais (1890/2005)* [2]. O Eletromemória I teve como objetivo mapear o acervo patrimonial histórico do setor elétrico relacionado à implantação e ao desenvolvimento da geração, transmissão e distribuição da energia elétrica no Estado de São Paulo, no período de 1890 a 2005, abrangendo os acervos da Fundação Energia e Saneamento (FES) e das empresas AES Eletropaulo, AES Tietê, Cesp, CTEEP e Duke Energy, para diagnosticar o seu potencial historiográfico, documentário, arquivístico e museológico, tanto para uso público quanto acadêmico e empresarial.

A equipe do projeto realizou o levantamento do acervo histórico nas empresas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado de São Paulo. O trabalho de campo foi desenvolvido no decorrer de oito expedições e mais de 100 visitas técnicas, nas quais pesquisadores e alunos realizaram coletas de dados sobre o acervo documentário, museológico, bibliográfico e arquitetônico das empresas, numa tentativa de abarcar todo o patrimônio do setor elétrico paulista entre os anos de 1890 a 2005, com o intuito de subsidiar futuras decisões sobre o setor no país.

A consolidação dos dados coletados deu origem a dois produtos. O primeiro foi a ampliação do acervo e do sistema de catalogação da FES com a inclusão das informações pesquisadas. Para tornar público seu primeiro produto, o grupo responsável especificamente pelo componente documentário do projeto elaborou um segundo produto: propôs uma linguagem artificial, um vocabulário controlado, que permitisse representar, tratar e recuperar essas informações. Esta segunda iniciativa contou com o apoio de docentes, pesquisadores e alunos da área de ORC do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da ECA/USP.

A expectativa para tal trabalho era que o desenvolvimento de um vocabulário controlado pudesse recuperar de modo eficiente a informação contida nos documentos, na medida em que representava informações catalogadas e indexadas de formas diferentes. Vale ressaltar que tratou-se do desenvolvimento de um vocabulário controlado, e não de um tesauro, pois não foram previstos os relacionamentos associativos, os chamados Termos Relacionados (TR)

[2] Projeto desenvolvido entre os anos de 2008 e 2011 por pesquisadores da Universidade de São Paulo/USP, Universidade Estadual Paulista/UNESP e pela Fundação de Energia e Saneamento, com financiamento da Fundação de Desenvolvimento de São Paulo/FAPESP. Os pesquisadores são da área de História, Arquivologia, Museologia (Cultura Material) e Documentação (Biblioteconomia); participam também bolsistas de vários níveis. O coordenador geral do Projeto é Gildo Magalhães dos Santos, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Site: <http://www.fphesp.org.br/projeto_fapesp/projeto_fapesp.htm>.

característicos da compleição de um tesauro e que possibilitasse a integração terminológica, relacionando assim o acervo arquivístico, bibliográfico e museológico – fruto da pesquisa do projeto.

Além da estrutura multidisciplinar do projeto, a própria instituição parceira, a FES, visava ampliar o acesso ao seu acervo. Tratado de forma separada em três sistemas de informação (um arquivístico, um bibliográfico e um museológico, denominados à época como Enerdoc, Enerbiblio e Enermuseu, respectivamente), o acervo da FES foi transferido para um sistema único integrado, intitulado Enerweb, no qual os diversos materiais – banco de imagens, catálogos de arquivo e de biblioteca, inventários e guia do arquivo – foram disponibilizados on-line, com um único campo integrado de busca [3]. A FES não mais pretendia representar seus acervos separadamente, embasando-se apenas na representação descritiva dos seus documentos; mas desejava ir ao encontro da proposta do projeto Eletromemória I: representar tematicamente o conteúdo informacional dos seus acervos, através do seu domínio de atuação – a energia elétrica.

Essa mudança de foco a respeito da organização da informação deveria considerar, por um lado, as informações registradas em documentos textuais e registros fotográficos dos acervos arquivísticos e bibliográficos; e, por outro lado, as informações sobre objetos tridimensionais catalogados à luz da museologia. Apresentou-se, portanto, um problema: como executar uma busca integrada das informações no domínio da Energia elétrica nesses acervos, se as representações de cada documento haviam sido elaboradas em suportes de suas respectivas áreas iniciais (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia)?

Consideramos que essa mudança de foco – do suporte para a informação – revelou uma dificuldade passível de ocorrência em qualquer centro de memória com as mesmas características do acervo da FES. Assim, para o desenvolvimento desta pesquisa, nos debruçamos sobre a caracterização dos Centros de Memória e, consequentemente, de seus acervos. O acervo da FES nos pareceu ser um exemplo típico de junção de uma série variada de suportes, selecionados a partir de uma temática delimitada, com o objetivo de disseminação interna e/ou externa da informação, tendo a pretensão de prover a recuperação da informação de sua massa documental de forma integrada. O usuário, assim, busca a informação sobre o assunto que mais lhe interessa, e não necessariamente sobre o suporte catalogado.

[3] Acervo on-line da FES disponível em: <http://www.energiaesaneamento.org.br/acervo.aspx>.

Ao nos referirmos a Centros de Memória institucionais, a heterogeneidade da informação acumulada é abundante. Trata-se de diversos suportes que são ou pretendem ser armazenados, tais como papéis, cartazes, mapas, objetos tridimensionais, livros, CDs e imagens, entre outros.

Não podemos perder aqui a perspectiva de que os arquivos internos institucionais constituem a primeira proveniência do acervo dessas instituições. Por diversas vezes observamos certa incongruência no objetivo do Centro de Memória em prover referências exaustivas acerca do tema de interesse, como se fosse possível abarcar todas as informações documentais sobre o assunto. Estamos falando de um domínio circunscrito, em primeira instância, ligado diretamente à organização de sua instituição criadora.

Percebemos também, ao longo da pesquisa, que as especificidades dos documentos que integram esses dispositivos, exprimem atributos, propriedades, fatos, ideias e relações de diversas naturezas com a área de atuação da instituição, com graus diferentes de densidade informacional, de linguagens variadas e marcados por condições originárias dissonantes.[4]

Essa heterogeneidade nos trouxe a necessidade de um estudo e de uma reflexão teórica mais aprofundados, no que concerne ao tratamento da informação nas três áreas envolvidas pela nossa pesquisa – Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia – sob a ótica da Organização e Representação do Conhecimento, no âmbito da Ciência da Informação. O levantamento trouxe uma perspectiva histórica das três áreas, estudadas verticalmente, trazendo pontos de intersecção e diferenciação entre elas.

Para além do estudo dos Centros de Memória e da composição de seus acervos, introduzimos uma tendência desses sistemas de informação à busca de um caminho de compatibilização das linguagens específicas de cada acervo[5], mudando o foco da recuperação da informação: da *representação descritiva* para a *representação temática* dos seus conteúdos.

Nossa hipótese é que, para tal alteração, há necessidade da construção de uma Linguagem Documentária (LD) para estruturar os termos abarcados pelas bases de dados de diferentes áreas – não bastando apenas reunir as respectivas bases, com suas representações especificas. A sugestão que pretendemos desenvolver, ao final da pesquisa, é que deve haver

[4] Camargo e Goulart, 2015, p. 56.

[5] Tendência verificável em instituições de memória, onde tivéssemos experiências técnicas. Exemplo dessas instituições são o Museu do Imigrante, Museu do Futebol e Fundação Energia e Saneamento, na cidade de São Paulo (SP).

uma "desnaturalização" da ação de integrar os acervos forçosamente. O exemplo da naturalização pela simples junção dos acervos, sem nova organização na representação da informação – ou seja, sem um novo arranjo dos termos utilizados – resulta numa recuperação frustrada. Portanto, precisamos de novos procedimentos para a representação (indexação) da informação, para que estes procedimentos sejam trabalhados e acordados na construção de uma Política de Indexação.

A partir da análise de seis instituições com centros de memória e/ou documentação, levantamos dados para questionamentos acerca de seus acervos, onde entendemos que essa construção deva ser pontuada por diretrizes específicas para a representação e recuperação da informação para Centros de Memória; através da criação de uma Política de Indexação como uma decisão administrativa estratégica para a padronização e otimização de serviços, bem como a racionalização da recuperação da informação.

Em suma, a pesquisa discute a necessidade atual do desenvolvimento de diretrizes que se utilizem das Linguagens Documentárias, tais como o Vocabulário Controlado, para que sejam atendidas as especificidades de recuperação da informação em acervos de Centros de Memória – sobretudo, os que possuam informação registrada nos arranjos pertencentes à tríade: arquivo, biblioteca e museu, exatamente como a FES, nosso dispositivo de interação com essa pesquisa.

1. Centros de memória: panorama atual

Mesmo não possuindo uma clara e total definição sobre esse dispositivo de guarda de informação, determinamos chamá-lo, neste trabalho, de Centro de Memória. Dois motivos nos levaram a essa tomada de decisão. Primeiramente, porque assim se convencionou chamar intuitivamente o lugar de guarda de informação documental, de lugar de memória, de forma centralizadora. E, em segundo lugar, por estes dispositivos estarem ligados às memórias de patrimônio institucional no Brasil. Ou seja, a criação do conceito de Centros de Memória se funde à criação de centros ligados à memória empresarial – área na qual de certa forma, encontramos mais exemplos para essa caracterização inicial necessária.

A definição de Centro de Memória não é clara e nem padronizada no Brasil. Ao buscarmos referência para caracterização dos Centros de Memória, poucas pesquisas foram encontradas. A obra recém-publicada de Camargo e Goulart (2015), o texto de Célia Camargo (2003), assim como a pesquisa de Fontanelli (2005), foram adotadas como nossas principais referências. Também encontramos apoio em uma publicação especializada do Instituto Itaú Cultural (2013), que se apresenta como um manual de práticas para o estabelecimento de um Centro de Memória, trazendo algumas definições importantes para nossa pesquisa.

As publicações de 2003, 2005 e 2015 trazem em seu cerne a discussão de definição desse aparato institucional. O manual divulgado em 2013, por sua vez, não aborda diretamente essa questão, mas pontua uma série de boas práticas e, para tal, traz de antemão uma definição do papel dos Centros de Memória. As produções citadas têm em sua origem o interesse da organização da memória empresarial. Para entender esta marca, faz-se necessária uma imersão nos estudos ligados às fontes de documentação, principalmente na área de pesquisa histórica.

Na década de 1970, sob a influência de nova abordagem em pesquisas históricas, em busca de uma "história total"[6], com a corrente francesa intitulada *Nova História,* percebemos

[6] A onda de revolta contra a tradicional história dos acontecimentos políticos, representada pelas produções de Marc Bloch e Lucien Febvre não foi a única nem mesmo a primeira; houve precedentes bem documentados por Burke (1997, 2005), mas a influência delas foi de longe a mais prolongada e frutífera. O pensamento alemão, pioneiro nas críticas, foi dizimado pelo nazismo. Por outro lado, a historiografia francesa foi apoiada por circunstâncias muito favoráveis, como o sucesso da publicação que era porta-voz do grupo, de orientação interdisciplinar – a revista pensava na história com uma necessidade de interdisciplinariedade, mormente com a sociologia, mas sem ignorar os campos da economia, da geografia, da psicologia e da política, o que lhe dava uma base muito alargada. Ademais, com a criação da *Annales d´histoire économique et sociale* no ano de 1929, Lucien Febvre teve uma oportunidade de inserir-se em uma instituição de ensino superior de prestígio e promoveu nela uma reestruturação importante, criando ali uma seção de pesquisas históricas dentro da seção de estudos sociais, conseguindo assim a união das disciplinas que ele e Bloch tanto preconizavam serem pensadas em conjunto. Os autores dos *Annales* e seus discípulos expandiram, assim, os domínios da história como disciplina, trazendo para sua zona de interesse o tratamento de fenômenos, grupos sociais, aspectos do comportamento humano e outras

uma mudança e ampliação na busca de novos olhares de provas documentais. A memória institucional de diversos setores, tanto na esfera pública quanto na privada, passa a ser um aspecto considerado nos estudos históricos de abordagem política, econômica e cultural do período, além dos já trabalhados grupos representados por classes sociais, funções, etnias, figuras públicas, tratados pelas políticas de relacionamento institucionais com seu entorno, de forma estratégica. Passam a existir, então, como mais uma fonte de consulta para os pesquisadores: as empresas e instituições em solo nacional.

Segundo Célia Camargo, as estruturas pensadas para implantação de centros de documentação, desenvolvidos na década de 1970, são integrantes da forma atual como esses dispositivos de guarda de documentação foram absorvidos pelas universidades, empresas, órgãos públicos e instituições em geral. (CAMARGO, 2003). Paralelamente ao universo acadêmico e de pesquisa, onde estava acontecendo essa discussão, as instituições empresariais voltam-se para sua própria história, por conta das inovações tecnológicas, para as quais o histórico da *expertise* se tornou um capital do conhecimento. A retomada de processos já iniciados e que se perdiam dentro das instituições, trazia novos problemas, sendo um deles a falta de registro dessa *expertise*. Podemos entender que essas práticas levaram à tomada de consciência sobre a questão da guarda e recuperação da memória institucional.

Podemos concordar com Camargo e Goulart (2015) quando afirmam que:

> *(...) a vantagem competitiva de uma empresa sobre os concorrentes pode ser identificada a partir de sua capacidade de criar novo conhecimento, difundi-lo e incorporá-lo a produtos, serviços e sistemas. As incomensuráveis possibilidades de circulação instantânea e de compartilhamento de informação propiciadas pelas novas tecnologias aliam-se agora a um modelo de gestão que elege o conhecimento como recurso estratégico, emprestando-*

questões antes deixadas de lado pela historiografia até então praticada. Uma última marca importante desse movimento pode ser assinalada pela reformulação da ideia de documento histórico e dos métodos necessários para o seu tratamento. Documentos e métodos que tiveram de ser reinventados ou descobertos para fornecerem fontes adequadas aos novos objetos de investigação. O interesse da memória coletiva e da história não era mais focado exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos, a história política e militar, mas passava a interessar-se por todos os homens; colocando em primeiro plano os documentos que satisfizessem essas necessidades. Sabemos que novas gerações de historiadores continuaram questionando a história episódica e, ao recortarem novos temas, abordagens e objetos, tais como as mentalidades, o cotidiano e a cultura, acabaram por abrir outras frentes historiográficas, novas, diferentes e distantes daquelas preconizadas nos anos vinte pela intenção de uma história total. Alguns dentre esses revisionistas até mesmo retomaram as dimensões políticas e os processos globais diretamente abandonados por Bloch, Febvre e outros. Mas, ainda segundo Burke (1997, p.127), desde a primeira onda de pesquisadores reunidos ao redor dos *Annales*, com suas exigências de interdisciplinaridade e de extensão do conceito de documento, "a historiografia jamais foi a mesma".

> *lhes o estatuto de conceito central no âmbito das teorias da organização.* (CAMARGO e GOULART, 2015, p. 40)

Hoje em dia, como fruto dessa tomada de consciência, observamos um movimento de proliferação na estruturação de Centros de Memória Empresariais, e na profissionalização dos seus sistemas de informação. Profissionais da área da organização do conhecimento e da informação, tais como bibliotecários, arquivistas, museólogos, historiadores e outros, passam a ser cada vez mais envolvidos na organização das atividades de guarda, registro e disseminação dessa documentação representativa. O próprio manual do Instituto Itaú Cultural (2013) pode ser citado como um exemplo dessa trajetória: o início, com a ampliação das fontes documentais trazidas pela Nova História; o percurso, com o envolvimento de outras áreas do conhecimento nas discussões acerca da memória; e o status atual, com as práticas interdisciplinares de guarda e organização documental.

A discussão interdisciplinar trouxe o foco para a documentação presente nesses centros, que é de natureza variada. Surgiu uma série de novos documentos informacionais que necessitavam ser tratados, por isso a necessidade do envolvimento de diversos profissionais e do conhecimento produzido em outras áreas. As áreas organizacionais de uma empresa, tais como marketing, engenharia de produção e áreas administrativas, passaram a demandar essa memória para produção e aproveitamento do conhecimento depositado nesses centros de guarda. Mas como guardá-la? Como referenciá-la? Sob qual ponto de vista? Como acondicioná-las? Essas frequentes perguntas trouxeram à tona a necessidade de um olhar cuidadoso sobre o tratamento dispensado à informação, sob o foco específico da ciência da informação e suas áreas correlatas.

1.1. Centros de Memória Empresarial

Pensando em um possível entendimento sobre o que constitui um Centro de Memória Empresarial, selecionamos três instituições para análise de suas estruturas. As instituições foram selecionadas por estarem consolidadas como centro de referência do domínio a que se propuseram, tendo suas informações sistematizadas e disponíveis na internet. Nenhuma delas foi visitada, nossa intenção foi elencar características comuns às três organizações, tendo como base os textos oficiais disponibilizados por elas a respeito de seus Centros de Memória.

Para traçar um panorama dos centros de memória no Brasil, Camargo e Goulart (2015) utilizaram sete categorias de observação, a saber: *motivações, objetivos e missão, equipes,*

acervos, políticas de acervo, produtos, acesso e uso. Deixaremos de lado as categorias *equipe* e *produtos,* pois escapam nesse momento ao foco da pesquisa. Entendemos que a discussão acerca das equipes de profissionais que tratam desses acervos e os produtos produzidos pelos centros de memória não influencia, nesse momento, na estrutura que pretendemos analisar de constituição desses dispositivos. De acordo com os objetivos deste trabalho, utilizaremos apenas cinco categorias, que consideramos as mais representativas para os propósitos da pesquisa: *domínio de interesse*, *objetivo, constituição do acervo, etapas de fluxo de organização da informação* e *atividades de disseminação*.

Caracterizamos cada categoria analisada, delimitado seu propósito para a pesquisa. Acreditamos serem essas cinco categorias representativas no entendimento do propósito e da constituição da estrutura dessas instituições, como segue adiante:

- **Domínio de Interesse:** explicita o domínio de interesse da Instituição, entendendo a relação direta com sua missão e área de negócios.
- **Objetivo do Centro de Memória:** especifica o objetivo de toda a estrutura montada em relação ao acervo, onde no geral percebemos uma fusão com as etapas de tratamento da informação de cada instituição.
- **Constituição do Acervo:** explicita os materiais de que são compostos seus acervos, dando ênfase nos suportes apontados pelas instituições.
- **Etapas de Fluxo de Organização da Informação:** partindo do fluxo do documento dentro do Centro de Memória, mapear as etapas de tratamento da massa documental apontada nos textos oficiais.
- **Atividades de disseminação:** todas as atividades apontadas pelas instituições como disseminadoras de seu acervo, concretizando sua missão inicial.

A primeira instituição analisada, representativa dentro da área da disseminação da informação, foi o **Centro de Memória Bunge.** Reproduzimos, a seguir, o texto oficial concernente a esse Centro de Memória:

> *O Centro de Memória Bunge foi criado em 1994 com o objetivo de* ***reunir, tratar e disponibilizar o patrimônio histórico*** *da Bunge Brasil. É um dos mais ricos acervos de memória empresarial do País, reunindo* ***documentos de várias naturezas – cartográficos, iconográficos, tridimensionais, textuais e outros*** *– com uma história de mais de 100 anos de Brasil e quase 200 de mundo – e com uma* ***inserção nos âmbitos da indústria, da navegação e do***

> ***agronegócio***. ***Paralelamente, o Centro de Memória Bunge organiza atividades*** *que aproximam seu acervo da sociedade e que estimulam outras instituições a fazer o mesmo.* [7] (Grifos nossos).

Centro de Memória Bunge – criação em 1994	
Domínio de Interesse	Indústria, navegação e agronegócio.
Objetivo do Centro de Memória	Reunir, tratar e disponibilizar o patrimônio histórico.
Constituição do Acervo	Documentos de várias naturezas - cartográficos, iconográficos, tridimensionais, textuais e outros.
Etapas de Fluxo de Organização da Informação	- Reunião de documentos -Tratamento de documentos - Disponibilização
Atividades de disseminação	"Organiza atividades que aproximam seu acervo da sociedade."

Quadro 1 – Análise de estrutura: Centro de Memória Bunge (produzido pela autora)

A segunda instituição selecionada foi o Centro de Memória Bosch, mantido pelo Instituto Robert Bosch no Brasil. Reproduzimos, a seguir, seu texto oficial:

> *Preservar a memória significa dar sentido à prática da cidadania. O Centro de Memória Bosch foi criado em 2003, com o objetivo de* ***resgatar, organizar, preservar e disponibilizar*** *à comunidade o* ***patrimônio histórico-cultural da empresa*** *– composto por um* ***singular acervo de documentos textuais, fotografias, filmes e objetos reunidos*** *ao longo de 60 anos de presença da Bosch no Brasil.*
>
> *O Centro de Memória tornou-se um dos principais projetos culturais mantidos pelo Instituto Robert Bosch, e recebeu, em 2007, o Prêmio Aberje (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial) na categoria Memória Empresarial e Responsabilidade Histórica.* [8] (Grifos nossos).

[7] Fonte: <http://www.fundacaobunge.org.br/projetos/centro-de-memoria-bunge/>. Acessado em 24/06/2015.

[8] Fonte: <http://www.institutorobertbosch.org.br/secao14/11/2/2/Centro-de-Memoria>. Acessado em 24/06/2015

Centro de Memória Bosch – criação em 2003	
Domínio de Interesse	Patrimônio histórico-cultural da empresa Bosch.
Objetivo do Centro de Memória	Resgatar, organizar, preservar e disponibilizar à comunidade o patrimônio histórico-cultural da empresa.
Constituição do Acervo	Acervo de documentos textuais, fotografias, filmes e objetos reunidos.
Etapas de Fluxo de Organização da Informação	- Resgate de informação documental sobre a empresa - Organização da documentação - Preservação da documentação - Disponibilização da documentação
Atividades de disseminação	Não possui nenhuma referência à disseminação de seu acervo.

Quadro 2 - Análise de estrutura: Centro de Memória Bosch (produzido pela autora)

E, por último, selecionamos um centro de memória de criação mais recente, o mantido pela **Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo - BM&FBOVESPA**, situado na cidade São Paulo, SP. Reproduzimos, a seguir, o texto oficial da instituição a respeito desse Centro:

> *O acervo histórico da BM&FBOVESPA está sob a responsabilidade do Centro de Memória, criado em 2008 com a fusão dos acervos da BM&F e da Bovespa.*
>
> *O Centro de Memória é responsável pelo* ***recolhimento, guarda, pesquisa e difusão dos documentos de valor histórico*** *da BM&FBOVESPA e das instituições a ela incorporadas, como a Bolsa do Rio de Janeiro.*
>
> ***Buscando disseminar o conhecimento*** *sobre o mercado financeiro e tornar-se referência em estudos ligados ao mercado de capitais, o Acervo Digital da BM&FBOVESPA* ***disponibiliza amplo e diversificado conjunto de documentos para consulta on-line,*** *com registros desde o início do século XX.* [9] (Grifos nossos).

[9] Fonte: <http://www.acervobmfbovespa.com.br/Memory.> Acessado em 24/06/2015.

Centro de Memória BM&FBOVESPA – criação em 2008	
Domínio de Interesse	Mercado financeiro e mercado de capitais.
Objetivo do Centro de Memória	Recolher, guardar, pesquisar e difundir os documentos de valor histórico da BM&FBOVESPA e das instituições a ela incorporadas.
Constituição do Acervo	Amplo e diversificado conjunto de documentos.
Etapas de Fluxo de Organização da Informação	- Recolhimento de documentos da empresa e instituições incorporadas - Guarda dos documentos - Produção de pesquisa sobre o tema - Difusão do acervo
Atividades de disseminação	"Disponibiliza amplo e diversificado conjunto de documentos para consulta on-line."

Quadro 3 - Análise de estrutura: Centro de Memória BM&FBOVESPA (produzido pela autora)

Analisando os quadros 1 a 3, podemos apontar semelhanças entre as Instituições. Quando analisamos a primeira categoria, **domínio de interesse,** percebemos que nos três casos este domínio está alinhado com a área de atuação da empresa criadora. No caso da Bunge, com a área da indústria, navegação e agronegócio, tema central do desenvolvimento de suas ações e tecnologias. No caso da BM&FBOVESPA, o mercado financeiro e mercado de capitais; e no caso da Bosch, o domínio de interesse é de qualquer informação entendida como patrimônio histórico-cultural da atuação da empresa no Brasil. Ou seja, esse alinhamento nos mostra nitidamente que a constituição do CM está ligada à provisão de um espaço de guarda de memória a serviço da empresa.

Dentro da categoria **Objetivo do Centro de Memória,** identificamos que todos têm como objetivo a *guarda* de documentação percebida como patrimônio histórico representativo de sua empresa. As ações explicitadas pelas palavras utilizadas – *recolher, guardar, resgatar, reunir* – nos mostram a perspectiva de coleta e reunião para guarda dessa documentação. O objetivo de *tratar* essa documentação aparece representado pelos termos *organizar, preservar, tratar*. E, por último, a disseminação do acervo figura entre os objetivos de cada uma quando vemos a intenção de *disponibilizar* e *difundir* documentos de valor histórico. Ou seja, todas pressupõem em seus objetivos a guarda, preservação (tratamento) e disseminação da informação.

Na **Constituição do Acervo** desses Centros de Memória Empresariais, nos chama a atenção o fato de todas possuírem materiais diversos entre seus documentos. Todas as

instituições descrevem seus acervos como sendo constituídos de documentos de diversas naturezas, dando exemplos pontuais como: *conjunto de documentos amplo e diversificado, cartográficos, iconográficos, tridimensionais, textuais e outros.* Esse parece ser um ponto chave para definição desse dispositivo de guarda. A diversidade de documentos traz a ideia da provisão de toda uma gama de documentos a respeito do assunto de interesse, como se não houvesse limitação na constituição desse acervo. Não estamos falando de um lugar onde temos apenas livros, ou apenas documentos textuais, por exemplo; mas estamos nos referindo a lugares que reúnem uma grande quantidade e diversidade de elementos documentais, indo ao encontro dos estudos políticos, econômicos e culturais embasados na Nova História.

As instituições selecionadas também são similares na categoria **Etapas de Fluxo de Organização da Informação.** Todas as instituições discorrem sobre as etapas de *reunião/seleção de documentos, organização/tratamento, guarda/preservação e difusão/disponibilização.* A utilização de termos ligados à terminologia da organização da informação torna explícita a necessidade da inserção dos profissionais da Ciência da Informação e de áreas correlatas nas atividades dessas instituições.

Não podemos deixar de mencionar uma característica marcante dessa categoria, que é sua fusão aos **objetivos** do Centro de Memória. Parece-nos que, para as instituições, o fluxo de tratamento de sua massa documental é seu próprio objetivo institucional, coroado pela criação de um Centro de Memória.

A última categoria que exploramos, **Atividades de disseminação,** não foi detectada no texto do Centro de Memória Bosch. Porém, tanto a Bunge quanto a BM&FBOVESPA trazem em sua fala a ideia de aproximação do seu acervo com possíveis usuários. Uma forma apontada pela BM&FBOVESPA é disponibilização on-line de uma grande quantidade de documentos para consulta. A Bunge aponta ações específicas de disseminação de seu acervo, com promoção de estudos sobre a organização da informação, como propulsora da formação de possíveis usuários e interlocutores de seu acervo documental. Mesmo não tendo informações da Bosch, fica clara a perspectiva disseminadora, como ponto final do processo de guarda da memória.

1.2. Centros de Memória sem fins lucrativos

A tentativa de cotejamento descrita no item anterior nos mostrou traços e funções comuns aos Centros de Memórias Empresariais, mas o campo tratado não se esgota apenas nas

Instituições Privadas. Dessa forma, buscamos mais duas referências para análise em instituições sem fins lucrativos, em busca de possíveis semelhanças e divergências com o material pesquisado até o momento. Analisamos os textos oficiais e aplicamos as mesmas categorias de observação.

A primeira instituição sem fins lucrativos a ser analisada foi o Centro de Memória Dorina Nowill. Reproduzimos, a seguir, seu texto oficial:

> *O Centro de Memória Dorina Nowill tem como missão apresentar a* ***história da luta das pessoas com deficiência visual no Brasil e no mundo****. Fundado em 2002, é o* ***primeiro museu brasileiro a considerar a cultura da deficiência visual como patrimônio histórico.*** *Nosso objetivo é* ***valorizar*** *a história das ações em benefício das pessoas com deficiência visual, além* ***de organizar e disseminar informações****.*
>
> *Nosso trabalho tem eixos de* ***ações educativas, e de educação patrimonial, visando a promoção e acesso à informação e à memória histórica****.*
>
> *[...] Nosso acervo é composto por objetos tiflológicos (máquinas Braille, regletes, sorobans); textuais (cartas, diplomas, publicações), iconográficos (fotografias); audiovisual (reportagens) e depoimentos orais.*
>
> *A coleção em sua maioria provém da própria instituição, temos ainda peças doadas por organizações parceiras, e documentos produzidos por personalidades importantes na área da inclusão social.* [10] (grifos nossos).

[10] Fonte: <http://www.fundacaodorina.org.br/quem-somos/historico/centro-de-memoria/>. Acessado em 24/06/2015.

Centro de Memória Dorina Nowill – criação em 2002	
Domínio de Interesse	Cultura da deficiência visual como patrimônio histórico.
Objetivo do Centro de Memória	Valorizar a história das ações em benefício das pessoas com deficiência visual, além de organizar e disseminar informações.
Constituição do Acervo	Objetos tiflológicos (máquinas Braille, regletes, sorobans); textuais (cartas, diplomas, publicações), iconográficos (fotografias); audiovisual (reportagens) e depoimentos orais.
Etapas de Fluxo de Organização da Informação	- Organização dos documentos - Disseminação do acervo
Atividades de disseminação	"Ações educativas, e de educação patrimonial."

Quadro 4 - Análise de estrutura: Centro de Memória Dorina Nowill (produzido pela autora)

O segundo selecionado foi o Centro de Memória do Circo, instituição pública, também sem fins lucrativos. Segue texto oficial apresentado em seu site:

> *O Centro de Memória do Circo, do Departamento do Patrimônio Histórico, da Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, é a primeira instituição brasileira consagrada exclusivamente à* ***memória do circo****. Fundado em 16 de novembro de 2009, está localizado num dos principais sítios históricos do circo brasileiro, o Largo do Paissandu. Seus principais objetivos* ***são preservar, registrar, pesquisar e difundir a história do circo*** *em nosso país.*
>
> *[...] O acervo do Centro de Memória do Circo é formado principalmente por* ***arquivos e coleções provenientes de companhias e famílias circenses****, com destaque para o arquivo do Circo Nerino (1913-1964), e do Circo Garcia (1928-2003). São aproximadamente* ***50 mil documentos, entre fotografias, vídeos, peças gráficas, partituras musicais, figurinos, adereços e aparelhos****, que testemunham à história do circo em nosso país. Também integram o acervo gravações produzidas pelo seu programa de Memória Oral.*
>
> *O Núcleo Pedagógico potencializa o contato com o público e oferece a possibilidade de experiências compartilhadas entre os participantes e o educador, sobretudo por meio do recurso de visita mediada. Oferece também oficinas e sessões demonstrativas dos saberes do circo por veteranos circenses.* [11] (grifos nossos).

[11] Fonte: <http://centrodememoriadocirco.com.br/blog.> Acessado em 24/06/2015.

Centro de Memória do Circo – criação em 2009	
Domínio de Interesse	Memória do circo
Objetivo do Centro de Memória	Preservar, registrar, pesquisar e difundir a história do circo
Constituição do Acervo	50 mil documentos, entre fotografias, vídeos, peças gráficas, partituras musicais, figurinos, adereços e aparelhos.
Etapas de Fluxo de Organização da Informação	- Preservação - Registro - Pesquisa - Difusão
Atividades de disseminação	" (...) oferece a possibilidade de experiências compartilhadas entre os participantes e o educador, sobretudo por meio do recurso de visita mediada. Oferece oficinas e sessões demonstrativas dos saberes do circo por veteranos circenses."

Quadro 5 - Análise de estrutura: Centro de Memória do Circo (produzido pela autora)

Analisando os quadros montados com as instituições sem fins lucrativos, encontramos semelhanças entre elas e, ainda, com os Centros de Memória Empresariais. A primeira categoria, **domínio de interesse,** também está alinhada com a área de atuação da Instituição. Nesses casos, a cultura da deficiência visual como patrimônio histórico e a memória do circo no Brasil, respectivamente. Entendemos que, assim como os CM Empresariais, a sua constituição está ligada à provisão de um espaço de guarda de memória a serviço da Instituição, mas agora sem ter o fim dos lucros como objetivo.

Dentro da categoria **objetivo do Centro de Memória,** identificamos que todos têm como objetivo a guarda de documentação como patrimônio histórico representativo de seu tema de interesse. As palavras utilizadas foram: *preservar, registrar, pesquisar e difundir* informação como objetivo da instituição, acrescentando explicitamente a ação de *valorizar* a história das ações voltadas às pessoas com deficiência visual, *disseminar* informações e *difundir* o legado cultural deixado pela arte circense.

Na categoria **constituição do acervo,** especificamente dos CM sem fins lucrativos, também encontramos, assim como nos CM Empresariais, materiais diversos entre seus documentos. São citados: *objetos tridimensionais; iconográficos; audiovisual e depoimentos*

orais. Ainda são complementados por *peças gráficas, partituras musicais, figurinos e adereços*, quando se referem à arte circense.

Também são claras as semelhanças na categoria **Etapas de Fluxo de Organização da Informação.** As duas instituições discorrem sobre as etapas de preservação, registro, pesquisa e difusão da informação em seu acervo. Novamente são utilizados termos ligados à terminologia da organização da informação e áreas correlatas nas atividades dessas instituições. E a fusão entre os **objetivos** do Centro de Memória e as **etapas de fluxo de organização da informação**, assim como nos CM Empresariais, também aparece no momento da análise.

A última categoria que exploramos, **Atividades de disseminação,** teve uma diferenciação enquanto forma de abordagem dessa ação. Enquanto os CM empresariais discorriam sobre a aproximação de seu acervo com seus usuários através da disponibilização de documentos, as instituições sem fins lucrativos trazem a figura do educador e o processo de educação para com seu público. A disseminação ainda é o foco, porém com um olhar formador de interação entre o tema de interesse e a comunidade.

Nessas pequenas, mas significativas diferenças, apontadas nas categorias **objetivo** e **atividades de disseminação,** talvez estejam evidenciadas as distinções entre os Centros de Memória empresariais e os sem fins lucrativos. Como objetivo, vemos uma valorização do tema central da Instituição. E essa valorização passa pela disseminação educativa, desenvolvida em suas atividades finais.

De qualquer forma, essa seara seria aprofundada se entrássemos na discussão sobre Gestão do Conhecimento[12] e sobre o conhecimento como capital estratégico de agregação de valor as empresas, diferenciando seus objetivos dos Centros de Memória sem fins lucrativos.

Segundo a publicação do Instituto Itaú Cultural (2013),

> *O Centro de Memória é uma área de uma instituição cujo objetivo é* ***reunir, organizar, identificar, conservar e produzir conteúdo e disseminar a documentação histórica*** *para os públicos interno e externo. Ecoando os*

[12] O termo "Gestão do Conhecimento" provém do inglês "Knowledge Management" (KM). Segundo o European Guide to Good Practice in Knowledge Management (CEN, 2004), "gestão do conhecimento é a gestão das atividades e processos que promovem o conhecimento para o aumento da competitividade por meio do melhor uso e da criação de fontes de conhecimento individuais e coletivas". Trata-se de uma área de atuação transversal entre as diversas disciplinas relacionadas, sobretudo, à gestão estratégica, teoria das organizações, sistema de informação, gestão da tecnologia, e às áreas mais tradicionais como a economia, sociologia, psicologia, marketing e outras.

> *valores das instituições, os Centros de Memória* ***geram produtos e serviços****, dialogando com o campo da gestão do conhecimento, da comunicação e da cultura organizacional.* (INSTITUTO ITAÚ CULTURAL, 2013, p.14 - grifos nossos.)

Nessa citação, destaca-se a afirmação sobre os objetivos característicos de um Centro de Memória.

Portanto, a questão trazida pelos estudos da Gestão do Conhecimento dentro da área empresarial não será abordada nessa pesquisa; ela foi citada até o momento para pensarmos o Centro de Memória como parte de um todo, através dessa gestão. Pensando numa estrutura representando a organização empresarial, numa perspectiva afuniladora, onde a Gestão do Conhecimento toma todas as bordas dessa estrutura, e tendo em seu núcleo o Centro de Memória como parte integrante de suas diversas áreas estruturais, vamos adentrar mais ainda nesse núcleo e fazer o recorte dos variados documentos e o do tratamento dado à informação nesses Centros. Isso porque entendemos que diversas práticas de formação de acervo, tratamento e disponibilização extrapolam esse dispositivo tão específico, empresarial, trazendo elementos universais para pensarmos os Centros de Memória como um dispositivo abrangente e representativo em outras áreas da guarda de memória, como vimos nos últimos dois quadros.

A motivação da memória empresarial enquanto capital e produto das empresas não é nosso foco. Este se refere a uma questão mais geral, observada nos cinco casos examinados acima: ao fato de a documentação presente no Centro de Memória trazer em sua concepção, como missão e objetivo, o provimento do maior número possível de informação sobre um assunto de interesse. Ou seja, mesmo considerando a importância do domínio dos Centros de Memória Empresariais para construção histórica de nossa pesquisa, pretendemos ir além desse movimento da área, uma vez que há uma infinidade de modalidades de dispositivos de guarda de memória, deslocando nossa problemática para outros Centros de Memória e sua documentação.

Um exemplo que confirma a relevância do objeto que escolhemos tratar nessa dissertação é o caso da Fundação Energia e Saneamento, cujo fim não é empresarial, e nem se autodenomina Centro de Memória, mas funciona como tal quando analisamos seu Núcleo de Documentação e Pesquisa, que se propõe à guarda, tratamento e disseminação de acervo sobre a área da Energia.

Abaixo reproduzimos a descrição oficial desse aparato:

> "*O Núcleo de Documentação e Pesquisa (NDP) é responsável pela* ***guarda, conservação e organização do acervo bibliográfico e arquivístico*** *da Fundação Energia e Saneamento.*
> *Trata-se de um* ***acervo especializado*** *na área de energia, formado basicamente pela documentação das empresas de energia paulistas, havendo também coleções particulares reunidas por profissionais que atuaram no setor de energia e de saneamento.*
> *Os principais conjuntos documentais foram obtidos junto às companhias Eletropaulo (herdeira do acervo da centenária The São Paulo Tramway, Light & Power Co. Ltd.), CESP e Comgás."* [13] (grifos nossos).

Num primeiro momento, com o intuito de preservar a memória e o patrimônio do gás e da eletricidade no Estado de São Paulo, a Instituição teve sua massa documental formada pela documentação histórica de empresas do setor, como a Light & Power e a Eletropaulo. Hoje a Fundação vai além, acumulando fundos doados por engenheiros da área, peças aleatórias ligadas ao domínio da Energia Elétrica e outros subsídios para pesquisas sobre energia e saneamento, assim como sobre temas relacionados ao processo de urbanização e industrialização no Brasil.

Percebemos que a missão da instituição é ser um núcleo de documentação de referência especializado na área de Energia e, para tanto, dispõe de diversos materiais arquivísticos, museológicos e/ou bibliográficos. A FES não se autointitula Centro de Memória, mas possui elementos de confluência com outras instituições com as quais nos deparamos no desenvolvimento desta pesquisa, com as descrições dos seus serviços e conteúdo, e que se autodenominavam Centro de Memória.

Entendemos que, mesmo sendo um Núcleo de Documentação e Pesquisa, se analisássemos pela mesma ótica das cinco categorias utilizadas anteriormente, teríamos a montagem do seguinte quadro:

[13] Fonte: <http://www.energiaesaneamento.org.br/unidades/núcleo-de-documentação-e-pesquisa.aspx>. Acessado em 24/06/2015.

Núcleo de Documentação e Pesquisa da FES – criação em 1998	
Domínio de Interesse	Área de Energia e Saneamento
Objetivo do Núcleo de Documentação e Pesquisa	Preservar, pesquisar e divulgar o patrimônio dos setores de energia e saneamento, mais especificamente a guarda, conservação e organização do acervo bibliográfico e arquivístico da Fundação Energia e Saneamento.
Constituição do Acervo	Arquivístico, bibliográfico, museológico e patrimônio arquitetônico
Etapas de Fluxo de Organização da Informação	- Guarda - Conservação - Organização
Atividades de disseminação	Ações de educação e cultura, nos eixos de história, ciência, tecnologia e meio ambiente.

Quadro 6 - Análise de estrutura: Núcleo de Documentação e Pesquisa da FES (produzido pela autora)

Ao fazer a análise das categorias, as semelhanças entre os Centros de Memória e o Núcleo de Documentação são recorrentes. O seu **domínio de interesse** é a área de energia e saneamento, e para tanto ele tem como **objetivo** a preservação, pesquisa e divulgação do patrimônio dos setores de energia e saneamento. Ou seja, seu objetivo se confirma, estando intrinsecamente ligado ao seu domínio de interesse.

O **acervo** se compõe de documentos arquivísticos, bibliográficos, museológicos e ainda de patrimônio arquitetônico, demonstrando a heterogeneidade da sua constituição e indo ao encontro da análise dos acervos anteriores. As **etapas de fluxo de organização da informação** pressupõem a guarda, conservação e organização, não contendo a palavra *disseminação* ou *disponibilização*, especificamente; no entanto, essa é percebida dentre suas **atividades de disseminação**, que apontam para ações de educação e cultura, nos eixos de história, ciência, tecnologia e meio ambiente.

As cinco categorias, ao terem seus dados analisados, parecem não trazer nada de diferente do especificado nos exemplos anteriores. Ou seja, as semelhanças existentes entre objetivos, composição e funções e do Núcleo de Documentação e Pesquisa da FES e dos demais Centros citados permitem avançar no entendimento de que é possível a caracterização desse Núcleo como um Centro de Memória.

Colocando todas as informações coletadas num único quadro comparativo, temos a configuração que se apresenta no Quadro 7:

Instituição	Tipo de Instituição	Ano	Domínio de Interesse	Objetivo	Constituição do Acervo	Etapas de Tratamento da Informação	Atividades de disseminação
Centro de Memória da Bunge	Empresarial	1994	Indústria, navegação e agronegócio.	Reunir, tratar e disponibilizar o patrimônio histórico.	Documentos de várias naturezas - cartográficos, iconográficos, tridimensionais, textuais e outros.	- Reunir -Tratar - Disponibilizar	"Organiza atividades que aproximam seu acervo da sociedade."
Núcleo de Documentação e Pesquisa da FES	Privado, sem fins lucrativos	1998	Área da Energia.	Preservar, pesquisar e divulgar o patrimônio dos setores de energia e saneamento, mais especificamente a guarda, conservação e organização do acervo bibliográfico e arquivístico da Fundação Energia e Saneamento.	Arquivístico, bibliográfico, museológico e patrimônio arquitetônico	- Guardar - Conservar - Organizar	"Ações de educação e cultura, nos eixos de história, ciência, tecnologia e meio ambiente"
Centro de Memória Dorina Nowill	Privado, sem fins lucrativos	2002	Cultura da deficiência visual como patrimônio histórico.	Valorizar a história das ações em benefício das pessoas com deficiência visual, além de organizar e disseminar informações.	Objetos tiflológicos (máquinas Braille, regletes, sorobans); textuais (cartas, diplomas, publicações), iconográficos (fotografias); audiovisual (reportagens) e depoimentos orais.	- Organizar - Disseminar	"Ações educativas, e de educação patrimonial."
Centro de Memória Bosch	Empresarial	2003	Patrimônio histórico-cultural da empresa Bosch.	Resgatar, organizar, preservar e disponibilizar à comunidade o patrimônio histórico-cultural da empresa.	Acervo de documentos textuais, fotografias, filmes e objetos reunidos.	- Resgatar - Organizar - Preservar - Disponibilizar	
Centro de Memória BM&F BOVESPA	Empresarial	2008	Mercado financeiro e mercado de capitais.	Recolher, guardar, pesquisar e difundir os documentos de valor histórico da BM&FBOVESPA e das instituições a ela incorporadas.	Amplo e diversificado conjunto de documentos.	- Recolher - Guardar - Pesquisar - Difundir	"Disponibiliza amplo e diversificado conjunto de documentos para consulta on-line."
Centro de Memória do Circo	Público, sem fins lucrativos	2009	Memória do circo.	Preservar, registrar, pesquisar e difundir a história do circo	50 mil documentos, entre fotografias, vídeos, peças gráficas, partituras musicais, figurinos, adereços e aparelhos.	- Preservar - Registrar - Pesquisar - Difundir	" (...) oferece a possibilidade de experiências compartilhadas entre os participantes e o educador, sobretudo por meio do recurso de visita mediada. Oferece oficinas e sessões demonstrativas dos saberes do circo por veteranos circenses."

Quadro 4 - Quadro Comparativo Sintético entre Instituições (produzido pela autora)

1.3. Uma possível caracterização de Centro de Memória

O Quadro 7, sintético, nos permite inferir que as cinco categorias (o recorte do tema de interesse, o objetivo da Instituição fundido às etapas de fluxo da organização da informação, o tipo característico de acervo, com documentos arquivísticos, bibliográficos e as atividades disseminadoras através de ações de educação e cultura e disponibilização) a partir das quais foram feitas as análises comparativas, demonstram que Centros de Memória não são dispositivos especificamente anexos às instituições empresariais, embora no Brasil tenham nascido nesse contexto. Centros de Memória se tornam mais compreensíveis quando destacamos sua constituição a partir de acervos documentais variados.

Nesse caso superamos a posição de Fontanelli, quando afirma que

> *(...) centro de memória e centro de documentação se assemelham, uma vez que ambos acumulam documentos e se preocupam com a gestão das informações para a geração de novos conhecimentos. Acontece, porém, que a função dos documentos no acervo de um centro de memória é diferente. O foco dos profissionais responsáveis por seu gerenciamento, via de regra, está no coletar, preservar, organizar e disponibilizar documentos relacionados especificamente à história da instituição e com os quais seja possível reconstituir sua memória.* (FONTANELLI, 2005. p. 85).

Os Centros de Memória conservam documentação para além da memória empresarial. Vimos que instituições de cunho público e sem fins lucrativos também organizam sua documentação como um Centro de Memória. E, ainda que sejam dispositivos com denominações diferentes, também possuem características semelhantes. No caso do Núcleo de Documentação e Pesquisa da FES, por exemplo, poderíamos usar termos como Centro de Documentação, Instituição de Guarda, etc., mesmo que a instituição não se autodenomine como Centro de Memória.

O que fica claro após essa análise é que um Centro de Memória, qualquer que seja seu domínio de interesse, se caracteriza, sobretudo, pelo seu acervo heterogêneo, com diversos suportes, com características arquivísticas, bibliográficas e museológicas.

A expressão Centro de Memória, a partir desse momento na pesquisa, será definidora de um dispositivo que convive com os materiais característicos, documentos textuais, livros, impressos, catálogos, documentos eletrônicos e objetos tridimensionais dos acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos. E é examinando esses acervos que estão na base

do entendimento dos Centro de memória, que passamos a encaminhar a dissertação no próximo capítulo.

2. Acervos: aproximações e diferenças

Para pensarmos na possibilidade de representação e recuperação da informação nos Centros de Memória, foi preciso iniciar um entendimento das três áreas e seus dispositivos de guarda, o Museu, a Biblioteca e o Arquivo, separadamente. Estamos analisando uma configuração específica de composição de documentação, centralizada em espaços e serviços de informação para diversos fins.

Para a preservação da memória das organizações e do patrimônio cultural e histórico da humanidade, o "homem" cria mecanismos externos para se apropriar de suas memórias, seja individualmente ou coletivamente. A forma encontrada para estrutura-la ao longo dos séculos, traz uma acumulação ordenada ou não, de sobreposições de informação, registrada em papéis, pedras, folhas e qualquer material disponível para tal façanha, compondo esses dispositivos que suscitam estudos de diversas formas e áreas.

Perpassando por um campo teórico multidisciplinar, encontramos suporte em alguns autores para pensarmos esse espaço de guarda da memória. Um deles é Pierre Nora (1993), que cunha a expressão "Lugares de Memória" para o circuito da documentação. Este autor aponta que mesmo sendo uma memória vivida no interior dos indivíduos, há necessidade de suportes exteriores, ao afirmar que:

> *os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notarias atas, porque essas operações não são naturais.* (NORA, 1993, p.13)

Daí a necessidade de criar espaços de contenção, guarda, arquivo. De acordo com Nora, não sendo naturais essas operações de guarda de memória, criam-se lugares imbuídos de valor simbólico, transpassados de valoração, através da seleção e priorização, uma construção muitas vezes de poder. Assim sendo, os "lugares de memória" configuram-se em um processo no qual a memória se torna um valor, uma forma de poder.

Também para nós, os dispositivos de guarda de memória analisados – os Centros de Memória – podem ser utilizados como "lugares de memória", ao valorizar e preservar a memória de um domínio de interesse.

Araújo e Tanus (2012) complementam a conceituação buscada por essa pesquisa, trazendo uma conceituação desses "Lugares de Memória" à luz da Ciência da Informação, o

que nos interessa de forma complementar. Os autores referem como um "primeiro ponto de contato" entre a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia a etimologia dessas palavras, evidenciada nessa passagem de sua obra:

> *Arquivologia deriva do latim* archivum *(arquivo), cuja origem remonta ao grego* ta arkheia *"registros públicos", de* arkheion *"prefeitura, governo municipal", de* arkhé *"começo, origem"; a palavra Biblioteconomia advém do grego* biblíon *"livro, suporte da escrita",* théke *"caixa, depósito", as quais formam juntas a concepção de Biblioteca; e a palavra Museologia, também de origem grega, deriva inicialmente de* mouseîon *"templo das musas" e, posteriormente, do latim* museum *(museu).* (ARAÚJO e TANUS, 2012, p. 29)

As definições de Araújo e Tanus focam em uma materialidade: *arquivo, livro, templo.* Impossível, ao longo da história da humanidade, dissociar o caráter material e concreto da massa documental, depositada nos três dispositivos, de seus procedimentos de tratamento. Pierre Nora (1993) vai além, afirmando que são esses:

> *(...) lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, mas em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de aura simbólica.* (NORA, 1993, p.22)

As funções explicitadas por Nora podem ser entendidas por nós, paralelamente aos elementos que compõem os centros de memória estudados aqui: **material (constituição do seu acervo)** com seus acervos arquivísticos, bibliográficos e museológicos, **simbólico (domínio de interesse, objetivo),** pensando no objetivo a servir do material, trazendo a discussão do domínio que queremos representar e **funcional** (**tratamento da informação e ações de disseminação**) quando nos referimos às linguagens documentárias e todas as manobras e procedimentos de tratamento desse material.

Para Smit (2003), são instituições denominadas de disponibilizadoras de cultura. A autora, que cunhou a expressão "3 Marias" para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, traz a noção de similaridade de práticas e objetivos das três instituições, que segundo a autora diferem essencialmente pela função atribuída aos documentos que compõem seu acervo. Mas o objetivo é o mesmo: as três áreas se relacionam, pois, trabalham com a informação, possuem estoques de materiais e têm como objetivo comum a organização, a guarda e conservação e, por fim, a disponibilização desse material construtor e identificador da memória.

Historicamente, na Antiguidade, os "arquivos", "bibliotecas" e "museus", formavam, em sua maioria, um único acervo em um único espaço. Essa disposição continuaria também no período da Idade Média, visto que elas compartilhavam geralmente de um mesmo espaço, levando ao entendimento de que não havia uma significativa separação institucional segundo seus acervos, funções e profissionais (ORTEGA, 2009 e THIESEN, 2009, apud ARAUJO e TANUS, 2012). Fazendo uma aproximação entre as instituições e os respectivos campos tratados, percebemos uma série de procedimentos e métodos de caráter prático para a manipulação desses acervos, pensados muitas vezes de forma conjunta, indo ao encontro das pesquisas na área da Ciência da Informação.

Com o aumento da produção da informação, por volta do século XX, identificamos a separação das áreas. Há uma mudança também na forma de pensar as áreas envolvidas. Há um franco desenvolvimento da Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, enquanto Ciência e dos seus aparatos. Nora (1993) traz indícios dessa mudança:

> *O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar. A "memória de papel" da qual falava Leibniz tornou-se uma instituição autônoma de museus, bibliotecas depósitos, centros de documentação, banco de dados. Somente para os arquivos públicos, os especialistas avaliam que a revolução quantitativa, em algumas décadas, traduziu-se numa multiplicação por mil. Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelos meios técnicos de reprodução e conservação que dispõem, mas pela superstição e pelo respeito ao vestígio."* (NORA, 1993 p. 15)

É preciso "armazenar" a memória para se "ter" a história da humanidade. Essa mudança de concepção acerca da construção da memória coletiva e da história das nações trouxe diferentes configurações acerca dos acervos tratados e seus dispositivos de guarda.

Nesse panorama, ao final do século XX, convivemos então com Museus, Arquivos, Bibliotecas, Centros de Memória, Centro de Documentação, que muitas vezes não encerram em sua denominação o suporte de seus materiais. O que centralmente têm em comum é a guarda, organização e disponibilização desses materiais.

Atualmente as aproximações e delimitações acerca das áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia estão em voga, principalmente pela consolidação da Ciência da

Informação, como uma Ciência que abarca as três áreas, trazendo discussões, estudos e propostas que tornam o momento propício para pensarmos as especificidades e confluências entre elas.

Nos espaços acadêmicos, temos momentos distintos sobre as três áreas. Enquanto campo disciplinar, a Arquivologia e Museologia tentam se firmar, trazendo como exemplo, a partir da década de 1970 a criação de cursos nessas áreas. Já a Biblioteconomia se mostrava na mesma década, institucionalizada enquanto campo acadêmico, com diversos cursos disponíveis. Como fenômeno comum, a partir de 2008, percebe-se que no Brasil passam à coexistir em cursos de graduação, mas dividindo e disputando espaço na grade curricular.

Após essa análise, nos pareceu coerente a necessidade de construção de um referencial comum para os três cursos que inclua suas especificidades e diferenças. Sabemos que a Biblioteconomia contribui com uma vasta produção teórica sobre o campo. A partir da década de 1960 identificamos o aprofundamento em produções teóricas, enquadrando as relações entre Biblioteconomia e Ciência da Informação, mas quando falamos de publicações que contemplem as três áreas em conjunto, há uma grande escassez. A criação de uma base de conhecimento (conceitos, teorias e métodos) comum às três áreas ainda está por ser feita. Como balizar seus limites e intersecções conceituais? Para que o objetivo seja alcançado, se faz necessário e imperativo o conhecimento acerca das áreas retratadas.

Tendo a coexistência das três áreas em um mesmo espaço como impulsionador para esse fervilhar de ideias, ainda segundo Araújo (2010), soma-se a isso o aparecimento e vulgarização dos recursos tecnológicos. É preciso que se seja feita uma adequação de métodos e técnicas de tratamento da informação devido às imensas possibilidades de configurações que tornaram possíveis a integração da busca nos acervos. Segundo Araújo (2010, p. 176), o momento atual "é de risco, mas também de oportunidade" e é nesse momento de risco e oportunidade que essa pesquisa se insere.

Saindo do domínio dos campos disciplinares, vemos uma volta à integração de acervos em Instituições de Memória que passam a ser vistas agora como multi-referenciadoras de um domínio do conhecimento. Assim, em vez de termos um museu, uma biblioteca e um arquivo sobre um domínio sob a coordenação de administrações e espaços distintos, fragmentando a busca de informação, muitas instituições adotam a junção dos acervos das três áreas sob sua guarda, explicitando a necessidade de criação de um dispositivo único que se responsabilize pelo conjunto documental, sem a separação dada anteriormente pelo suporte do documento. Os

Centros de Memória surgem então como resposta a essa necessidade de integração de acervos e otimização dos processos de organização, representação e recuperação da informação registrada em qualquer suporte documental.

Ainda segundo Araújo (2010), a Arquivologia, a Biblioteconomia e a Museologia, nascem na modernidade e essencialmente a partir de uma perspectiva tecnicista, as reflexões acerca das áreas passaram às práticas institucionais, e foram inseridas no positivismo. Em sua concepção, o positivismo "tem como princípio de que o conhecimento científico é a única forma de conhecimento verdadeiro. De acordo com os positivistas somente pode-se afirmar que uma teoria é correta se ela foi comprovada através de métodos científicos válidos" (RIBEIRO, 1982). Tal concepção remete diretamente à sistematização de conhecimento nessas áreas; portanto, estava em foco o que era passível de ser medido, somado, sistematizado ou seja: seus acervos e seus materiais.

Pensando na representação e recuperação da informação dos materiais tratados dentro dos Centros de Memória, os traços históricos de métodos e técnicas de construção desses acervos serão analisados nos subitens seguintes.

2.1. Acervos arquivísticos

A história da Arquivologia está intrinsecamente ligada ao seu material, os documentos, e a forma de condução de arranjos e administração de seu conjunto. A Arquivologia surge como técnica para arranjo de arquivos e teve como base os estudos holandeses, no século XIX. [14] Porém, os arquivos já existiam, esses tidos como documentos em sua essência administrativos dos feitos do poder, eram guardados em bibliotecas, museus ou em arquivos pessoais.

Ligados à gestão do poder, na Antiguidade, esses arquivos eram mantidos em palácios ou templos gregos. Sua forma de organização e seleção, assim como sua abertura estava ligada ao soberano e suas ações. Na Idade Média, segundo Burke (2003), "os documentos eram muitas vezes mantidos junto com outros objetos nos acervos e sendo constantemente movidos de um lugar para outro, seguindo seus donos". A mobilidade dos monarcas se constituía como o principal obstáculo para o desenvolvimento de um arquivo do Estado, a massa de documentos era descentralizada, e só teve mudança desse arranjo a partir da Idade Moderna.

[14] MULLER, FEITH e FRUIN. *Manual dos holandeses* (1891), apud FONTANELLI (2005). Manual no qual constavam a metodologia e os principais pressupostos da arquivologia.

Ainda segundo Burke (2003), os documentos manuscritos passam a ter outro *status*, com o advindo da imprensa, como relíquias ou expressão da verdade em seu conteúdo, se concentrando em partes especiais das bibliotecas ou em prédios próprios. Cenário esse propício junto à centralização crescente do governo, ou seja, a centralização dos documentos se deu pela centralização dos governos.

Os documentos arquivísticos passam a pertencer essencialmente ao Estado, e não mais sob a ótica de um arquivo corrente, encerrado numa perspectiva administrativa apenas. Os documentos arquivísticos podem e devem passar a contar a história dos monarcas e seus reinados. O papel ideológico atribuído intrinsecamente aos documentos arquivísticos nesse período muda a concepção de arranjo e organização nessa área.

Com a Revolução Francesa, em 1789, tem-se uma nova mudança, dando início à abertura dos arquivos para acesso público. Há uma mudança significativa na forma de encarar os arquivos: estes deixam de ser um privilégio dos órgãos de poder e passam a ser entendidos sob uma ótica social, sendo abertos ao público comum. Segundo Burke, a abertura não se mostrou de forma efetiva na prática, mas seu princípio não pode deixar de ser atribuído a esse poderoso momento de transformações sociais (BURKE, 2003, p. 127).

Araújo (2011), concordando com Burke, menciona que a Arquivologia crítica é identificada nos meados do século XX. Junto à nova perspectiva de desempenho de papel social, a arquivologia recuperou também a sua dimensão administrativa, porém de uma forma integralizada entre os Estados-Nação. Esse movimento foi consolidado com a Segunda Guerra Mundial. Surge em agosto de 1950, o Conselho Internacional de Arquivos (CIA), trazendo à tona o caráter de cooperação internacional, aumentando a publicação de literatura especializada e acentuando nas próximas décadas uma preocupação com as técnicas envolvidas na área, de forma padronizada e que se inter-relacionassem (REIS, 2006). Com uma maior concentração de estudos na área, a partir da metade do século XX, temos na cena acadêmica a Arquivologia, começando a se institucionalizar na década de 1970.

A partir desse breve histórico, é possível levantarmos algumas características do tratamento dado aos documentos arquivísticos ao longo dos tempos. Num primeiro momento temos um acúmulo de documentos, ligados à história pessoal de quem estava no poder, com relevância administrativa. Muito se pensa sobre a organicidade dos acervos arquivísticos por conta da dimensão ideológica de depósito ao qual ele esteve e está ligado. (BURKE, 2003)

Na arquivologia contemporânea, as funções e as atividades atribuídas ao documento determina sua "entrada" no sistema arquivístico. Segundo Smit (2003), esses são os fatores considerados para sua entrada no serviço de informação. A autora afirma que o arquivo confere valor institucional ao documento, afinal tem como objetivo que seus documentos se tornem prova, testemunho, informação, refletindo as atividades da organização. A informação torna-se institucionalizada e prevalece o caráter de autenticidade, naturalidade e inter-relacionamento dos documentos no arquivo. (FONTANELLI, 2005).

Ainda segundo Smit, em seu manual *Como organizar o arquivo enquanto sistema de informação* (2005), o caminho do documento dentro de um arquivo está ligado ao controle da produção e recepção dos documentos. Isto inclui seu tratamento, classificação, descrição, indexação, utilização, transferência, recolhimento ou eliminação e produção de informações de forma estruturadas para acesso aos seus usuários.

Essa visão contemporânea acerca da função e atividade atribuídas aos documentos reflete a organização e recuperação da massa documental, que não é tão simples de ser percebida em Centros de Memória, com seus diferentes tipos de acervos documentais. Nestes a entrada dos documentos parece ocorrer de forma a estar em consonância com os princípios arquivísticos, mas na recuperação temos exemplos de "saída" ineficaz ou ausência de informação, quando pretendemos recuperar todos os resultados sobre determinado assunto.

As informações coletadas a respeito dos acervos arquivísticos foram sistematizadas no quadro seguinte:

Acervo Arquivístico	
Origem	Jurídico-administrativo
Desenvolvimento e produção	Produzido no transcurso das atividades e funções jurídicas ou administrativas, apresentando essencialmente relações orgânicas entre si.
Unidade de tratamento	Conjunto – níveis de informação até o documento.
Características formais para tratamento do documento	Unicidade, organicidade, indivisibilidade, integridade, autenticidade e heterogeneidade.
Ênfase na análise	Ênfase na autenticidade e função do documento
Problema recorrente à área	Comprovação da origem

Quadro 5 – Estrutura dos acervos arquivístico (produzido pela autora)

Ao fazermos a análise das características específicas dos arquivos, temos como primeira característica a natureza de origem do Arquivo que é dada pela produção administrativa, tornando-o representativo das práticas e decisões administrativas tomadas em uma instituição. Os documentos arquivísticos são produzidos no transcurso das atividades e funções jurídicas ou administrativas dentro de uma instituição, apresentando essencialmente relações orgânicas entre si.

Sua unidade de tratamento é o conjunto documental, diferentemente das bibliotecas e museus que trabalham com a unidade do documento. O documento arquivístico está sempre atrelado a um conjunto de documentos, sendo necessário aprofundar em níveis de informação para chegar até a um único documento. Isso nos leva a ter uma série de parâmetros formais a serem usados para tratamento dessa informação, que são eles, a saber: unicidade, organicidade, indivisibilidade, integridade, autenticidade e heterogeneidade.

Portanto, ao lidarmos com acervos arquivísticos, identificamos a preocupação de um método de tratamento dessa informação que dê ênfase à questão da autenticidade e primordialmente da função do documento, já que ele é probatório de uma ação desenvolvida dentro de uma instituição, ou várias, que representem culturalmente o domínio de interesse do Centro de Memória. E fechando essa análise, sua problemática por diversas vezes está inserida

no campo da comprovação da origem do documento, remetendo diretamente à questão da autenticidade do mesmo.

2.2. Acervos bibliográficos

Embora diversos autores tenham optado por tratar da Biblioteconomia separadamente da atividade da Bibliografia e Documentação, aqui pretendemos tratá-las em conjunto, mesmo sabendo que por volta de 1850, a Biblioteconomia sofreu uma ruptura com a Bibliografia, com a proliferação dos periódicos e seu acesso, ruptura está concretizada pela sistematização e aplicação da Documentação por Paul Otlet e pela continuidade e aprimoramento deste movimento na Europa.

Sobre a Biblioteconomia, Ortega (2004) afirma que:

> *por mais de quatro séculos, a Biblioteconomia foi quase sinônimo de Bibliografia. Considerando a Bibliografia como o princípio da Documentação, pode-se dizer que esta esteve unida à Biblioteconomia desde o século XV até fins do século XIX, quando Otlet e La Fontaine sistematizaram e desenvolveram a Documentação enquanto disciplina distinta da Biblioteconomia.* (ORTEGA, 2004, p. 31)

Lahary (1997) postula as seguintes considerações:

> *O que caracteriza a Biblioteconomia é sua unidade. Neste sentido, não é nada mais que um agregado de conhecimentos e de práticas colocadas em desenvolvimento em função de um objetivo, e isso é missão da biblioteca, missão geral de conservação e de transmissão de conhecimentos e da cultura, missão própria ao estabelecimento que se caracteriza notadamente pelo equilíbrio particular entre conservação e comunicação e pela definição de um público prioritário. É igualmente em função desta missão que se apreciam os resultados da ação de uma biblioteca: é o objeto da avaliação, que pode ser retrospectiva ou contínua, especialmente com a ajuda de indicadores e do uso de registros, de diários de bordo.* (LAHARY, 1997, p.79)

A definição para Biblioteconomia trazida por Ortega está ligada a "área que realiza a organização, gestão e disponibilização de acervos de bibliotecas" e para Bibliografia como a "atividade de geração de produtos que indicam os conteúdos dos documentos". Já segundo

Lahary, o termo Biblioteconomia, que aparece em 1839 através de Constantin Hesse[15], é definido como um "conjunto de técnicas de organização e de gestão, (...) [contendo] cinco operações fundamentais coletar, conservar, classificar, controlar e comunicar".

Tanto nos interessa a primeira como a segunda definição, criando aqui um referencial conjunto para área e dispositivo se pensarmos na estrutura da concepção de arranjo das instituições de memórias que tratam conjuntamente de acervos bibliográficos.

Mesmo tendo a prática disseminada, "confundindo" o local de guarda dos livros e suas técnicas e práticas de organização e disseminação com a própria história da cultura humana, Ortega (2004) afirma que apenas no fim do século XIX é que as técnicas e práticas relacionadas à biblioteca passaram a ser estudadas com mais profundidade e foram sistematizadas.

Em 1791, foi criado o primeiro código nacional de catalogação, porém apenas em 1840 surgiram os primeiros índices de autores. Nos Estados Unidos, em 1850, foi desenvolvido um catálogo coletivo das bibliotecas públicas do país. Em 1876, Melvil Dewey publicou a primeira edição de sua Classificação Decimal, que foi adotada pelas bibliotecas, principalmente as norte-americanas, no tratamento de suas coleções.

Ao longo do século XX, novos e importantes mudanças apontaram nesse cenário. A tecnologia e suas possibilidades de arranjos e disseminação dos conteúdos das bibliotecas tiveram repercussão significativa na área. O papel do profissional também tem sido tratado nos estudos atuais, com mudança de perfil sendo observado e necessitando de conceituação.

A Biblioteconomia é marcada pela intensa disseminação de seus equipamentos físicos, as bibliotecas. Essa característica é observada em instituições de memória, que por diversas vezes trata separadamente, com marcações e operações tecnológicas próprias para organização, gestão e recuperação do seu acervo bibliográfico.

Das três áreas do conhecimento e seus aparatos, é a que dá base à criação da Ciência da Informação, tendo notadamente "emprestado" ramos de sua teorização e pratica ao longo da história para a constituição desse recente campo científico. (ORTEGA, 2004)

No Brasil, como campo científico, segundo Araújo (2011), temos a manifestação de perspectiva crítica na Biblioteconomia vinculada aos processos de abertura pós-ditadura.

---

[15] HESSE, Constantin. *Biblioteconomia: instruções sobre o arranjo, conservação e administração das bibliotecas* (1839), apud LAHARY (1997).

As informações coletadas foram sistematizadas em um quadro, assim como fizemos com os arquivos:

Acervo Bibliográfico	
Origem	Técnico-científico
Desenvolvimento e produção	Resultados de uma criação artística ou de uma pesquisa, que objetivam a divulgação técnica, científica, humanística, filosófica.
Unidade de tratamento	Documento.
Características formais para tratamento do documento	Biblioteconomia se aproxima da documentação e das linguagens documentárias.
Ênfase na análise	Ênfase no conteúdo/assunto do documento
Problema recorrente à área	Análise da literatura

Quadro 6 - Estrutura dos acervos bibliográficos (produzido pela autora)

Ao fazermos a análise das características específicas das bibliotecas, temos como primeira característica a natureza de sua constituição, que é dada pelo recorte técnico-científico, na busca da representação do conhecimento produzido pela humanidade. Sabemos que os livros são resultados de uma criação artística ou de uma pesquisa, que objetivam a divulgação técnica, científica, humanística, filosófica e literária. Essas compatibilizações entre criação artística e a área de interesse dos Centros de memória que custodiam essas publicações, é deixada por diversas vezes a cargo do profissional especializado, representados pela seleção de obras significativas, porém na maioria das vezes isso não ocorre, trazendo um acúmulo indiscriminado de volumes.

Sua unidade de tratamento é, o livro, como documento único. Os parâmetros formais, dados por normas são comumente usados para padronização das informações coletadas nos documentos, diferentemente do arquivo. O primeiro nível analisado é uma divisão por áreas do conhecimento, tendo seus desdobramentos através de uma leitura vertical daquela área representada pelo tema de interesse do Centro de Memória. A Biblioteca enfatiza a análise a partir do conteúdo ou assunto do documento. A análise primeira é feita pelo profissional da área, que identifica a partir do próprio documento seu assunto. Isso traz problemas ao longo da constituição desse acervo, delimitando sua problemática ao campo ideológico, por diversas

vezes, da análise da literatura, que não é exata dando margem a interpretações diversas e consequentemente, classificações diversas.

Assim nos mostra Chartier (1999), quando afirma que:

> *"As obras – mesmo as maiores, ou sobretudo as maiores – não tem sentido estático, universal, fixo. Elas estão investidas de significações plurais e móveis, que se constroem no encontro de uma proposição com uma recepção. Os sentidos atribuídos às suas formas e aos seus motivos dependem das competências ou das expectativas dos diferentes públicos que delas se apropriam."* (CHARTIER, 1999, p.9).

2.3. Acervos museológicos

Um dos primeiros museus institucionalizados, que remontam ao século III A.C., é o de Alexandria, que se tornou o primeiro centro de pesquisa e convívio cultural e objetivava armazenar toda a produção da humanidade. Esta coleção tinha como finalidade específica preservar a memória da humanidade, mas também era símbolo incontestável de poder. Muito de suas técnicas de organização são estudadas até hoje, como no caso dos arquivos.

Segundo Suano (1986), o *mouseion* de Alexandria possuía,

> *além de estátuas e obras de arte, instrumentos cirúrgicos e astronômicos, peles de animais raros, presas de elefantes, pedras e minérios trazidos de terras distantes, etc., e dispunha de biblioteca, anfiteatro, observatório, salas de trabalho, refeitório, jardim botânico e zoológico.* (SUANO, 1986, p. 11).

Ou seja, a concepção de "compilação exaustiva" ainda é empregada à concepção de museu atual.

No período da Idade Média, as primeiras coleções principescas vão dar origem à instituição "museu" como conhecemos hoje, porém o museu ainda não se caracterizava como tal até o final do século XVIII. Na Idade Média, as instituições religiosas passaram a abarcar coleções de objetos e documentos, denotando a relação intrínseca entre domínio da cultura e poder. Tanto Suano quanto Burke concordam com a significativa contribuição da contrarreforma protestante para a abertura dessas coleções. Mesmo assim, essas contribuições se deram de forma lenta e com variações ao longo dos séculos (SUANO, 1986, p. 22).

Segundo Suano, foi somente com a Revolução Francesa que se abriu definitivamente o acesso às grandes coleções, numa perspectiva muito próxima aquelas dos arquivos. A concepção dos acervos museológicos teve mudança significativa a partir do século XX. Em 1832, por exemplo, foi aberto o primeiro museu público europeu, na Inglaterra; as visitações, no entanto, eram restritas apenas à alta cúpula do clero.

A ideia reducionista de acúmulo e exibição foi sendo modificada com advindo da pesquisa instalada nesses dispositivos. "De fato, no século XX, sem a função de retratar a escalada da burguesia e de representar o mito da "civilização" por ela criado, o museu estagnou" (SUANO, 1986, p. 50). A partir da segunda metade do séc. XX, se iniciam movimentos de dinamização dos museus europeus, dando ênfase a planos reguladores de preservação do

patrimônio cultural abarcado. Há uma mudança dos objetivos de acumulo das coleções. A trajetória humana, social agora se faz presente e é trazida à tona.

É dessa época também que notamos a criação de escolas especializadas para a formação de profissionais de museu, culminando, nas décadas subsequentes uma discussão atrelada ao eixo museu e sociedade. Discussão essa ligada à problematização inerente ao papel do museu para a sociedade.

O desenvolvimento de arranjos, categorizações e métodos de tratamento dos acervos museológicos esta intrinsecamente ligado à peça em "estado museal", segundo Guarnieri (1989) [16]. De acordo com esta autora, os museus são espaços que lidam com objetos de cultura material. Porém há também o desenvolvimento, que complementa a peça dando suportes para contextualização desses objetos da chamada documentação museológica. Tanto a documentação como os próprios objetos são passíveis de serem submetidos a uma metodologia para registro, disponibilização e recuperação (GUARNIERI, 1990).

Segundo Araújo (2011), a perspectiva crítica sobre os museus e a museologia teve maior incidência na sociologia da cultura. Bordieu (apud ARAÚJO, 2011), nos anos 1970, traz para essa discussão a sociedade, que se caracteriza por desigual distribuição de recursos econômicos, social e cultura e simbólico. Ele insere a problematização do dispositivo afirmando que o museu é uma vitrine dessa possível briga de forças sociais. Segundo Araújo, existe uma contraposição à construção ideológica de nacionalidade: numa ponta, o Museu é símbolo de força ideológica e política de suas exposições; em outra, o museu é a lógica do entretenimento. Ou seja, novamente a problematização é pungente nas discussões sobre a área.

Como feito anteriormente, sistematizamos as informações em um quadro:

[16] Waldisa Rússio Guarnieri foi a fundadora do Instituto de Museologia de São Paulo, que integrava a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP/SP).

Acervos Museológicos	
Origem	Artístico-cultural
Desenvolvimento e produção	Resultados de uma criação artística ou de uma pesquisa, que objetivam a divulgação técnica, científica, humanística, filosófica.
Unidade de tratamento	Documento.
Características formais para tratamento do documento	Objeto musealizado assume sua função documental, o museu passa a trabalhar não só com bens materiais, mas também com bens simbólicos.
Ênfase na análise	Ênfase no objeto/informações intrínsecas e extrínseca
Problema recorrente à área	Sentido histórico e estético

Quadro 10 - Estrutura dos acervos museológicos (produzido pela autora)

A formação do acervo museológico tem em sua origem e desenvolvimento a perspectiva artístico-cultural, no processo de acúmulo ligado historicamente ao colecionismo. Diferentemente das outras duas áreas tratadas, o recorte e seleção feitos pelo tema de interesse está imbuído de valor simbólico dado àquele objeto. O método de tratamento dessa unidade informacional tem ênfase no próprio objeto, relacionando-o com as informações intrínsecas e extrínsecas a ele. Ele tem como característica formal de tratamento o objeto que foi musealizado, assumindo sua função documental. Ou seja, o museu trabalha não só com bens materiais, mas também com bens simbólicos, portanto sua problemática está inserida no sentido histórico e estético que se pretende atribuir. Um objeto pode ter sentido diverso ao ser deslocada sua análise, por isso a importância tão marcada das informações intrínsecas e extrínsecas a ele.

A nós, cabe a discussão acerca do tratamento da informação museológica nos Centros de Memória, em conjunto aos acervos arquivísticos e bibliográficos.

2.4. Os acervos em conjunto

Conforme a análise apresentada, podemos observar a formação de conjuntos heterogêneos, nos quais se percebem as marcas de seleções feitas a partir de critérios variados. Há documentos de todos os gêneros: textuais, audiovisuais sonoros, iconográficos, além de objetos tridimensionais e artefatos. Porém é inegável que os documentos naturalmente reunidos pela instituição no cumprimento de suas funções, são o embrião dos centros de memória (CAMARGO E GOULART, 2015). A seguir sistematizamos em um quadro as características de constituição de acervo, de natureza diversa, analisadas em cada área:

Centros de Memória	**Arquivo**	**Biblioteca**	**Museu**
Origem	Jurídico-administrativo	Técnico-científico	Artístico-cultural
Desenvolvimento e produção	Produzido no transcurso das atividades e funções jurídicas ou administrativas, apresentando essencialmente relações orgânicas entre si.	Resultados de criação artística ou pesquisa, que objetivam a divulgação técnica, científica, humanística, filosófica.	Resultados de criação artística ou de pesquisa, que objetivam a divulgação técnica, científica, humanística, filosófica.
Unidade de tratamento	Conjunto – níveis de informação até o documento.	Documento	Documento e conjunto
Características formais para tratamento do documento	Unicidade, organicidade, indivisibilidade, integridade, autenticidade e heterogeneidade.	Biblioteconomia se aproxima da documentação e das linguagens documentárias.	Objeto musealizado assume sua função documental, o museu passa a trabalhar não só com bens materiais, mas também com bens simbólicos.
Ênfase na análise	Ênfase na autenticidade/função do documento	Ênfase no conteúdo/assunto do documento	Ênfase no objeto/informações intrínsecas e extrínsecas
Problema recorrente à área	Comprovação da origem	Análise da literatura	Sentido histórico e estético

Quadro 7 - Características de constituição de acervo nos Centros de Memória (produzido pela autora)

Esta sistematização busca cruzar referências que trabalham com dois elementos fundamentais nesta pesquisa: os tipos de informação documental presentes em centros de memória, e como ocorre a representação e a recuperação dessa informação. Com relação no

primeiro elemento, foi necessário um levantamento sobre a origem, instituição e trajetória dos Centro de Memória, bem como seu papel e importância social, não só como depósito de informação, mas como processador dessa informação para a sociedade. Mergulhando no acervo das instituições de memória que pretendemos representar e recuperar, temos os acervos da tríade: arquivo, biblioteca e museu. As referências teóricas nos ajudaram a entender a natureza de cada acervo, a forma padrão de tratamento e organização e os desafios em estabelecer uma padronização para a representação e a recuperação da informação nestes conjuntos documentais.

Quando pensamos no tratamento dado à informação, vemos a natureza diversa das três áreas. A composição do acervo de um centro de memória está ligada a origem de cada documento, ao desenvolvimento e produção desses documentos, a unidade de tratamento específico de cada um, as características formais para tratamento do documento, a análise feita sobre a documentação, e os problemas de representação que tem ênfase em características diversas.

Nessa etapa da pesquisa, parece-nos clara a formação de conjuntos heterogêneos, quando se analisa mais detalhadamente o acervo de um centro de memória. As questões relativas à representação e recuperação da informação se tornam mais presentes, pois dele constam documentos arquivísticos, bibliográficos e museológicos que, uma vez integrados ao centro, ainda que cumprindo papel específico, possuem lógicas de tratamento e representação diferenciadas.

Exemplo disso são os documentos arquivísticos que, diferentemente do que ocorre uma biblioteca, que cataloga os documentos unidade a unidade, utilizando padrões definidos internacionalmente, são catalogados de acordo com a lógica da produção documental e das funções exercidas pela organização.

Torna-se clara a necessidade de uma política de tratamento da informação específica para os documentos arquivísticos, como dispositivo de guarda de memória. Porém o que foi observado é que, como senso comum, os centros de memória elegem uma das três composições apresentadas. Exemplo disso é a diretriz de criação da política de tratamento, tanto de acervo como de indexação, presente na obra *Centros de Memória: Manual básico para implantação*, produzido e idealizado pelo Itaú Cultural (2013), que afirma que "normalmente, na composição do acervo dos Centros de Memória prevalecem os documentos arquivísticos. Por isso, a organização do acervo acaba por priorizar as técnicas arquivísticas na catalogação e descrição dos documentos."

3. Implementação do Centro de Memória

Nesse capítulo, iremos nos aprofundar nas etapas de implantação de Centros de Memória, passando por uma série de rotinas que devem ser observadas. Dentre as etapas destacadas, trazemos a demarcação dos momentos em que as políticas discutidas e aplicadas em Centros de Memória podem se beneficiar dessa atual pesquisa. Recorremos a pesquisa de alguns manuais de implementação, mas não debruçamos sobre manuais de política de indexação necessariamente.

Poucos manuais foram gerados no decorrer da última década (ex.: TESSITORE, 2005; LOPES e PIMENTA, 2003), mas todos trazem a preocupação em evitar o acúmulo desenfreado de documentos sem tratamento ou seleção. Para tanto, recomendam que os profissionais da área estabeleçam de antemão uma política de acervo que contemple decisões de aquisição e acúmulo de documentos. No entanto, não é abordada a necessidade de uma política de indexação, pois como observa Camargo e Goulart:

> *Os centros de memória enfrentam dificuldades para criar uma política sistemática de recolhimento de informações e documentos sobre as atividades de organização. É unânime a queixa dos gestores de que normas e procedimentos não têm sido formalmente estabelecidos, ou seja, não há rotinas a serem seguidas.* (CAMARGO e GOULART, 2015, p. 72).

Isso nos leva a inferir que também não é encontrada uma Política de Indexação, que delimite de forma mais específica a representação e recuperação da informação documental.

No quadro seguinte, apontamos as tarefas a serem executadas, etapa por etapa para a implementação de um Centro de Memória. Vale ressaltar que partimos de leituras e de nossa experiência com Centros de Memórias para essa sistematização. Nas etapas podemos distinguir quatro momentos para se estabelecer uma política de recolhimento, tratamento, preservação e disseminação do dispositivo.

Etapa de Formação: ✓ Definição da missão do Centro de Memória (diretamente atrelado ao objetivo de criação, definido pela instituição) ✓ Delimitação de Público-alvo ✓ Composição de equipe de profissionais multidisciplinar ✓ Infraestrutura básica para recebimento dos documentos ✓ Definição da natureza do acervo
Etapa de Guarda/Recolhimento: ✓ Levantamento histórico e diagnóstico da produção documental ✓ Campanha de recolhimento interno de documentação ✓ Avaliação e triagem de documentos ✓ Sistematização de coleta de informações
Etapa de Tratamento/Preservação: ✓ Estabelecimento de política para formação do acervo ✓ Estabelecimento de política de preservação do acervo (conservação preventiva e corretiva) ✓ Desenvolvimento de uma ferramenta de base de dados destinada à catalogação e ao controle do acervo. ✓ **Estabelecimento de Política de Indexação**
Etapa de Preservação/Disseminação: ✓ Estabelecimento de instrumentos de pesquisa ou banco de dados atualizados ✓ Pesquisa sobre assuntos relacionados ✓ Atividades para divulgação ✓ Sala permanente de exposição ✓ Estratégia de atendimento ao publico ✓ Políticas de constante alimentação do acervo

Quadro 8 - Etapas para Construção de um Centro de Memória [17]

Dentro da etapa de Tratamento/Preservação, está prevista a criação de instrumentos para o controle do vocabulário utilizado para a indexação dos documentos, bem como o estabelecimento de uma Política de Indexação. Desta forma, no âmbito dessa etapa é necessário contemplar alguns passos para efetivo tratamento do acervo, a saber:

[17] Conforme leituras e impressões sobre estruturação de Centros de Memória e também do Manual de implementação de CM do Itaú Cultural (2013).

- Estabelecimento de um procedimento de registro de entrada dos documentos no acervo;
- Classificação dos documentos;
- Estabelecimento do arranjo e da descrição dos fundos arquivísticos, coleções e peças;
- Classificação e notação dos documentos custodiados;
- Procedimento para identificação de documentos audiovisuais;
- Definição da estrutura ideal de banco de dados para gerenciamento e controle do acervo;
- Ferramentas para gerenciamento de conteúdos digitais;
- Criação de instrumentos para o controle do vocabulário utilizado na indexação dos documentos;
- Definição de procedimentos para uso do vocabulário controlado (política de indexação).

3.1 Vocabulários controlados para Centro de Memória

O acervo de um Centro de Memória é caracterizado por sua heterogeneidade e por sua finalidade – a guarda e disseminação da informação para construção da memória escolhida.

Não basta apenas reunir as respectivas bases de dados de cada tipo de acervo, com suas representações descritivas e temáticas especificas. Não podemos dizer que ocorre uma mera reunião dos procedimentos da Biblioteconomia, da Arquivologia e da Museologia ou que o tratamento de um tipo de acervo se sobreponha às outras. É necessário que ocorra uma "desnaturalização" da ação de integrar os acervos forçosamente. O exemplo da naturalização pela simples reunião dos acervos sem nova organização, principalmente no que se refere à representação temática da informação, resulta numa recuperação frustrada.

No que se refere à representação descritiva (catalogação), nossa proposta é de que sejam mantidas as especificidades de cada acervo, ou seja, acervos arquivísticos devem continuar a serem catalogados como acervos arquivísticos, e o mesmo deve acontecer com os acervos bibliográficos e os museológicos. Já no que se refere ao tratamento do conteúdo dos documentos, ela deve ser realizada a partir da utilização de um instrumento de controle do vocabulário – mais especificamente, um instrumento de controle terminológico único que possibilite a recuperação da informação de forma conjunta nos Centros de Memória.

Assim, procura-se investigar e discutir a viabilidade de novos modelos de vocabulários controlados que possam melhorar a qualidade do acesso à informação nos acervos de Centros de Memória e contribuir com os estudos sobre as linguagens documentárias e sua relação com

as terminologias; pois a recuperação da informação, seja em uma biblioteca, arquivo ou museu, ocorre sempre em relação a um contexto determinado, o qual possui uma terminologia específica. Segundo Lima (1998):

> *um sistema de informação somente poderá realizar a transferência da informação do seu acervo para o seu usuário na medida em que a LD utilizada para representar e recuperar a informação, seja construída a partir do referencial terminológico da área do conhecimento a que pertence o acervo independente do suporte físico de seus documentos.* (LIMA, 1998, p. 2).

3.1.1 **As Linguagens documentárias**

A linguagem documentária (LD) se define como uma metalinguagem, por ser uma linguagem construída artificialmente com o objetivo de representar informações a serem recuperadas. Para socializar e disseminar informações, a LD deve ser elaborada somente após a análise das necessidades informacionais dos usuários. Portanto, a LD não organiza informações para si mesma, e sim para que elas sejam efetivamente disseminadas.

A linguagem documentária é construída a partir de um universo pré-determinado, em que atividades determinam as relações. Segundo Gardin et al. (1968) citado por Cintra (2002, p. 35), a linguagem documentária, em perspectiva de sua estrutura, "[...] é um conjunto de termos, providos ou não de regras sintáticas, utilizadas para representar conteúdos de documentos técnico-científicos com fins de classificação ou busca retrospectiva de informações", devendo integrar três elementos: um léxico (lista de elementos descritores); uma rede paradigmática (rede lógico-semântica ou classificação) e uma rede sintagmática (coordenar os termos sobre o tema).

Como uma linguagem construída, ela se utiliza da linguagem natural, partindo do pressuposto de que podemos organizar as informações em conhecimento. Essa definição é importante para nossa pesquisa, uma vez que o foco da linguagem documentária é o trabalho com a informação contida no documento, ou seja, ela não se define em relação ao acervo, já que ela é construída para organizar as informações, e não o documento físico. Portanto, sua constituição está no tratamento do conteúdo/informação documental, podendo ser adequada à heterogeneidade do acervo de centros de memória pelo domínio de interesse da Instituição. Veremos nesta dissertação a experiência com o projeto Eletromemória, que nos mostra caminhos de efetivação dessa hipótese.

A LD trabalha com duas etapas: reconhecer o valor do conhecimento (identificando se ele é realmente necessário para a sociedade) e transformá-lo em informação (organizando-o de maneira a ser eficientemente recuperado e que atenda às necessidades de busca da demanda de usuários). Ou seja, a LD se propõe a transformar o estoque de conhecimento em fluxo de informação. Através dela, devem-se recuperar os pontos básicos do documento, o objeto do estudo, para que o consulente acesse o objeto original.

A LD é um sistema de representação do conteúdo dos documentos e da busca de informação pelo o usuário, tendo dupla finalidade: a representação (indexação) e a recuperação de informações. Como atua nos dois sentidos, sua função é de intermediação entre as linguagens identificadas no conteúdo do documento e o usuário do sistema de informação. Segundo Cintra (2002), a operação de tradução de textos em Linguagem Natural (LN) para uma LD denomina-se indexação. Uma LD é utilizada na entrada e na saída do sistema de informação, quando o documento é analisado para registro. Seu conteúdo é identificado e traduzido com os termos da LD utilizada, e segundo a política de indexação estabelecida. Assim, o principal objetivo da LD é assegurar o controle de vocabulário para assuntos gerais e específicos, por meio do estabelecimento de um conceito ou interpretação, definindo termos de acordo com as necessidades de uso do sistema.

Para essa operação, a definição de uma Política de Indexação é primordial e irá possibilitar a representação e recuperação da informação nos centros de memória. No entanto, os centros de memória, na maioria das vezes, não possuem política de indexação. Suas palavras/termos de indexação e buscas não são normatizadas e nem padronizadas. Também ocorre uma não continuidade do controle: muitas vezes observamos a crença de que, uma vez feito o trabalho de levantamento e hierarquização de um vocabulário, a ferramenta está concluída, quando na realidade essa é apenas uma etapa do processo de gestão – pois o controle deve ser feito em conjunto ao andamento do trabalho do acervo, é um controle "vivo", remetendo-nos à dinâmica da própria linguagem.

Segundo Fujita (2004), os objetivos específicos da leitura documentária são dedicados aos objetivos do sistema de informação e às necessidades dos usuários, consistindo basicamente em:

- Determinar o conteúdo principal do documento;
- Identificar e selecionar os conceitos para representar o conteúdo dos documentos.

O uso de uma linguagem documentária para escolha do descritor ou cabeçalho de assunto reduz a diversidade e a ambiguidade do vocabulário, estabelecendo uma uniformidade

de representação dos termos selecionados pelo indexador para descrever o assunto dos documentos, já que vários autores podem utilizar diferentes palavras para expressar uma mesma ideia, assim como os usuários podem apresentar diversidade de vocabulário quando da expressão de uma estratégia de busca.

Portanto, a linguagem documentária faz-se necessária uma vez que a qualidade dos serviços de disseminação da informação depende da linguagem utilizada pelo sistema para a indexação e recuperação dos documentos. Isso se dá quando a linguagem do sistema permite que se traduza a linguagem do autor sem que se perca a ideia principal, e quando permite que se traduza a linguagem do usuário de modo que satisfaça suas necessidades de informação.

Ainda segundo Fujita (2004), para que essa tradução aconteça, torna-se imprescindível a adoção de uma política de indexação, pois ela será norteadora de princípios e critérios que servirão de guia na tomada de decisões para otimização do serviço e da racionalização dos processos. A definição da política de indexação de sistemas de informação está condicionada à existência de algumas condições (infraestrutura, pessoal e objetivos institucionais) e principalmente de diretrizes e procedimentos de análise e recuperação da informação.

Destacam-se, como imprescindíveis para a definição da política de indexação, os elementos Exaustividade e Especificidade. No caso da exaustividade, o profissional da informação, o indexador, no momento da leitura, deverá estar ciente do número de descritores que pode extrair de cada documento, obrigando-se a escolher entre um e outro para fazer, assim, a seleção de descritores baseada no critério da exaustividade. Na especificidade, caso seja recomendação do sistema de informação que o indexador seja o mais específico possível, será necessário que ele leia o documento tendo em mente o nível de especificidade exigida pelo sistema.

Portanto, entendemos a política de indexação como estratégia para otimização de serviços e racionalização da recuperação da informação em centros de memória, demandando serviços específicos e quadro de profissionais preparados.

A contribuição da área da Terminologia para as Linguagens Documentárias é abordada nesta pesquisa, como diferencial para construção de vocabulário controlado para indexação e recuperação do conteúdo dos documentos que compõem os Centros de Memória. Para isso, discorreremos sobre as teorias da Terminologia e suas diferenças conceituais, focando sua contribuição ao desenvolvimento de produtos documentários, mais especificamente o vocabulário controlado.

3.1.2 **Terminologia**

Segundo Maimone e Tálamo (2011), a Ciência da Informação (CI) tem um vínculo social por conta do compromisso científico em produzir mecanismos de acesso e apropriação da informação pelo usuário. Acreditamos que as Linguagens Documentárias, como hipóteses de organização da informação e do conhecimento, apresentam com o vocabulário controlado como uma ferramenta de maior atuação na relação comunicativa de uma instituição e seus usuários.

Os vocabulários controlados podem representar, por meio de unidades da linguagem verbal (termos), os conteúdos dos objetos conservados em uma instituição. Para isso, é proposta uma rede lógico-semântica entre os seus termos, neutralizando a polissemia natural das palavras. Entendemos que os mesmos refletem os objetivos do sistema de informação para o qual foi construído, e nesse contexto a instituição deve decidir quais os conteúdos que pretende que sejam comunicados. Para realizar sua função comunicativa, o vocabulário controlado deve estar em harmonia com a linguagem do usuário, traduzindo-a para a linguagem do sistema nos processos de recuperação da informação. O vocabulário é construído como uma linguagem que compatibiliza os termos de diversas linguagens – natural, do usuário, dos indexadores e da área de especialidade – com a linguagem do sistema de recuperação da informação, representando o foco temático selecionado pela instituição.

Parece-nos ser essa uma função primordial para a apropriação da informação. Vale lembrar que não existe conceito único de informação. Sua concepção varia de acordo com os aspectos selecionados. Numa abordagem pragmática, a informação pode ser distinguida, como: processo (que se relaciona à alteração de um estado de conhecimento; conhecimento (o que é comunicado, o que concerne algum fato, evento ou assunto particular, o que reduz - ou aumenta - a incerteza); e coisa (atributo de objetos – documentos ou dados referidos como informação por serem considerados "informativos") (BUCKLAND, 1991).

No entanto, sabemos que a compatibilização entre processo, conhecimento e coisa *versus* a pluralidade dos usuários tem na ferramenta estudada um excelente instrumento de "tradução" e organização, para que o processo de apropriação informacional seja efetivado.

Historicamente, o desenvolvimento da Terminologia, enquanto área do conhecimento, está ligado diretamente ao desenvolvimento científico e econômico ocidental, ao longo dos séculos XVIII a XX. As mudanças das formas de organização social e política criaram profundas transformações no modo de viver, pensar, produzir e ser dos povos, levando a novas descobertas e inventos que receberam nomes que passaram a ser designados por termos. Segundo Barros (2004), "as mudanças socioeconômicas e políticas tiveram repercussões em nível vocabular. (...) O universo

lexical das línguas transformou-se, ampliando-se substancialmente, o mesmo sucedendo com o conjunto terminológico" (BARROS, 2004, p. 26). Na medida em que se configuravam as novas organizações sociais e o desenvolvimento técnico-científico, ao longo dos séculos, temos também novas necessidades linguísticas.

É no século XVII que a terminologia passa a ser delimitada como conjunto de termos de uma área técnico-cientifica e como disciplina da natureza linguística que estuda esse conjunto. É também nesse período que surge a distinção entre *terminologia* e *nomenclatura*, onde houve a adoção progressiva do termo *terminologia*, onde, mais que uma série de nomes classificados (*nomenclatura*), a *terminologia* se apresenta como um "sistema de valores reciprocamente definidos" (REY, 1979, apud BARROS, 2004).

Quanto à evolução histórica da Terminologia, podemos identificar, segundo Cabré (1999) os seguintes períodos: a *origem* como disciplina científica, em 1930 (expressa pela Teoria Geral da Terminologia/TGT, de Eugen Wüster); a *estruturação*, a partir dos anos 60, com o advento da informática; sua *eclosão*, em 1975 até 1985, com a utilização em políticas de planejamento linguístico, harmonizações terminológicas, modernização vocabular e transmissão de conhecimentos científicos e técnicos; e o período denominado de *expansão*, a partir de 1985 e por toda a década de 1990, onde a principal marca é a cooperação internacional no desenvolvimento terminológico, e quando também ocorre nesse período o desenvolvimento e regulamentação do oficio de terminológo; e por fim, e ainda atual, o período de *revisão*, no qual uma nova proposta (expressa pela Teoria Comunicativa da Terminologia/TCT de Maria Teresa Cabré) conduz à Socioterminologia.

A Terminologia clássica de Eugen Wüster, precursor da Teoria Geral da Terminologia, caracteriza-se por ser uma ciência de caráter filosófico, compartilhando relações com a Lógica, a Teoria da Classificação e a Linguística (e posteriormente com a Informática, no período da estruturação).

O objeto de estudo da Terminologia é o *termo*, definido como: "uma unidade lexical com um conteúdo específico dentro de um domínio específico" (BARROS, 2004). Fundamentalmente, a Terminologia preconiza o princípio da univocidade entre o conceito e seu respectivo termo – não admitindo, portanto, nenhuma possibilidade de variação nos domínios de especialidade (polissemia, sinonímia ou homonímia).

A Terminologia tem em seu campo de estudos três funções mapeadas: uma conceitual ou cognitiva, de análise e descrição de terminologias; uma comunicacional, com relação à comunicação, informação, transferência de conhecimentos científicos e de tecnologia; e uma simbólica ou identitária, ligada a identidade nacional, regional ou de grupo, situando estudos

que dizem respeito ao resgate de línguas quase extintas ou de afirmação de uma identidade nacional por meio de asfixia de idiomas ou dialetos. (BARROS, 2004).

Dentre as finalidades e métodos, as pesquisas na área da Terminologia convergem a estudos orientados para: o sistema linguístico (corrente linguístico-terminológica), exemplificado pela descrição de conceitos e termos, organização e normalização; a tradução (corrente traducionista), exemplificada pela elaboração de obras terminográficas multilíngues, em diversos suportes; e o planejamento (corrente planejadora), como o uso e adoção de políticas linguísticas de acordo com as características sociolinguísticas e culturais dos povos.

Com relação ao objeto, as tendências de abordagens terminológicas internacionais são também mapeadas em tríade: tem caráter linguístico (onde se considera a Terminologia como um ramo da Linguística), filosófico (onde a atenção está centrada no estudo dos conceitos e em sua classificação em categorias filosóficas) e orientado para os domínios (estudos do conceito e suas relações com outros conceitos de um mesmo domínio).

Nos anos 90, surge uma nova proposta teórico-metodológica para a Terminologia: a Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT), apresentada por Cabré (1999). Em virtude da ampla adesão à TCT, podemos dizer que foi estabelecido um novo paradigma na área da terminologia.

Segundo Van Der Laan (2005):

> *a padronização terminológica especializada não é garantia de uma relação comunicativa bem sucedida. Isso ocorre porque em situações profissionais reais há uma multiplicidade de registros que mantém seu caráter especializado, mas apresentam características de unidades lexicais manifestadas em outras situações discursivas. Nessa perspectiva, os termos podem fazer parte dos signos da linguagem natural, integrando-se ao acervo linguístico do falante através de um aprendizado especializado.* (VAN DER LAAN, 2005, p. 6).

Como um diferencial em relação aos estudos de Wüster, a TCT reconhece a existência de variações conceituais e denominativas nos domínios de especialidade, e leva em conta a dimensão textual e discursiva dos termos. "Essas são unidades linguísticas que devem ser consideradas em uma perspectiva poliédrica, ou seja, em seus aspectos linguísticos, cognitivos e sociais" (CABRÉ, 1999 apud BARROS, 2004).

A TCT considera os termos como unidades linguísticas que exprimem conceitos técnicos e científicos, mas que não deixam de ser signos de uma língua natural (geral), com características e propriedades semelhantes. Ao contrário da TGT, a TCT considera o signo

terminológico como uma unidade linguística composta de forma e conteúdo indissociáveis: fora desse contexto, as unidades léxicas não são nem palavras e nem termos, mas apenas unidades lexicais.

A informação que segue, do tripé teórico que a TCT tem em sua fundamentação, traz referência novamente da *comunicação* como diferencial nesse momento:

- A teoria do conhecimento;
- A teoria da comunicação;
- A teoria da linguagem.

Calcada em uma visão comunicativa da linguagem e, mais particularmente, dos signos linguísticos utilizados em domínios de especialidade, Cabré tem uma frase emblemática que sintetiza a questão: "Os termos *não pertencem a um domínio*, mas *são usados em um domínio* com valor singularmente específico" (CABRÉ, 1999, grifos nossos); por isso fica tão clara a denominação Teoria *Comunicativa* da Terminologia.

É necessário ressaltar que a Terminologia representa contribuição significativa para a Ciência da Informação. Para nossa pesquisa, principalmente, fornece princípios metodológicos para a designação e identificação de conceitos. Também dá bases metodológicas para o estabelecimento das relações entre os conceitos e referências concretas para o entendimento dos conceitos, por meio de instrumentos terminológicos como glossários e dicionários técnico-científicos, utilizados na construção e legitimação das Linguagens Documentárias. As mudanças trazidas pela nova perspectiva comunicativa da abordagem dos estudos terminológicos aproximam o desenvolvimento de vocabulários controlados à TCT.

Os vocabulários controlados de um domínio específico do conhecimento, por meio de termos que representam o conteúdo de significação das informações mantidas por uma instituição, possibilitam a proposição de uma rede lógico-semântica entre os seus termos, neutralizando a polissemia natural das palavras, o que vai ao encontro da Teoria Geral da Terminologia, onde, segundo Wüster, não pode haver polissemia. Cada conceito é expresso por um único e inequívoco termo. No entanto, desta forma o modelo torna-se prescritivo, impondo o termo que deverá ser usado em uma comunicação especializada.

Pensamos que os vocabulários controlados podem ser construídos como uma linguagem que compatibiliza os termos de diversas linguagens – natural, do usuário, dos indexadores e da área de especialidade – com a linguagem do sistema de recuperação da informação, representando o foco temático selecionado pela instituição. Dessa forma, fica evidenciado em seu objetivo o caráter

comunicativo. E, uma vez que em sua organização se busca evidenciar as relações conceituais da área de especificidade, entendemos que as unidades lexicais registradas nesses instrumentos de indexação devam ser constituídas em conformidade com a terminologia desse domínio específico do conhecimento. Além do que, por serem unidades lexicais, comportam sinonímia e variação, evidenciando-se assim a importância da Teoria Comunicativa da Terminologia como teoria referente para a metodologia de construção do vocabulário.

Se o caráter organizativo e informacional prestado pela Ciência da Informação, através do desenvolvimento do controle de vocabulário, é peça chave na apropriação da informação social, pelo usuário, o caráter comunicativo é intrínseco a esse processo, já que a Linguagem Documentária tem o caráter de fazer a ponte entre instituição e usuário. Sendo assim, a Terminologia responde não só pela legitimação do controle de vocabulários de especificidades, mas também compreende o processo comunicativo desse controle.

3.1.3 **A construção do Vocabulário Eletromemória: alcances e limitações**

Vale voltarmos à gênese de nossa pesquisa, o projeto *Eletromemória I*, que visava possibilitar a integração das informações coletadas no trabalho de campo e alimentadas na base de dados do projeto, com ênfase na construção de um vocabulário controlado. Como apontado anteriormente, uma das etapas do projeto definida pela equipe de Documentação correspondeu à criação de um Vocabulário Controlado sobre Energia Elétrica.

Ressalta-se que o desenvolvimento foi de um Vocabulário Controlado e não de um tesauro, pois ainda não eram previstos os relacionamentos associativos, os chamados Termos Relacionados (TR) característicos da compleição de um tesauro.

A metodologia e o desenvolvimento do projeto partiram da concordância com Smit e Kobashi (2003), considerando que a estruturação de um Vocabulário Controlado cria um sistema de referência compartilhado, padronizando a classificação da informação. Assim, o Vocabulário Controlado permitiria a busca de informação por termos padronizados, ampliando a confiabilidade do sistema utilizado e evitando a dispersão de informação em sua busca. A partir da aceitação dessas premissas, foram desenvolvidas pela equipe técnica[18] as atividades que descrevemos abaixo.

[18] A equipe responsável pela área de Documentação contou com a coordenação das professoras Maria de Fátima Tálamo e Vânia Lima, do CBD/ECA-USP, e a participação de 3 bolsistas TT3 financiados pela FAPESP, sob coordenadoria da Fundação Energia e Saneamento.

Empreendeu-se uma reunião dos vocabulários utilizados nos sistemas *Enerbiblio* e *Enerdoc* – desenvolvidos pela Fundação Energia e Saneamento para classificação de seu acervo bibliográfico e arquivístico, identificando-se os grupos de descritores para a composição do vocabulário. Resultaram deste trabalho 10.048 descritores, sendo 7.458 de assuntos, 942 instituições, 683 nomes próprios e 995 locais geográficos.

Foi dado prosseguimento ao tratamento do conjunto de descritores denominado "assunto", para organização lógica e semântica dos termos que deveriam constituir o Vocabulário Controlado de Energia Elétrica. Os assuntos que representam o acervo das bibliotecas, museus e arquivos da Fundação e das empresas de energia elétrica foram analisados e reunidos em planilhas por grandes áreas do conhecimento, totalizando 69 domínios. Os domínios e seus respectivos descritores foram analisados para identificar aqueles associados diretamente ao acervo histórico do setor elétrico paulista, os quais integraram o núcleo inicial para estruturação, resultando em 226 descritores para energia em geral e 110 para energia elétrica. Nesse processo foram buscadas e selecionadas fontes terminológicas[19] para subsidiar as operações documentais de estruturação lógico-semântica – relações de sinonímia, de gênero/espécie, partitivas e associativas entre descritores – da categoria "assunto".

As relações entre descritores foram estruturadas utilizando uma ferramenta eletrônica (o software TheW32), e foi criada uma base de dados para inserção e organização dos descritores, permitindo a geração impressa do vocabulário controlado nas ordens hierárquica e alfabética. Seguiu-se a análise conceitual[20] de cada um dos descritores (num total de cerca de 1.400 descritores e 8.000 entradas) dos domínios Energia e Energia Elétrica, elaborando-se notas de escopo quando necessário.

Após a fase de análise dos conteúdos iniciais do projeto, foi realizada a inclusão de termos adicionais identificados nas expedições de campo do projeto (228 no total) e do sistema *Enermuseu* (sistema de catalogação de objetos), integrando-se outros 59 termos ao Vocabulário. Por fim, o vocabulário foi estruturado em cinco categorias: Gestão, Equipamentos, Geração, Transmissão e Distribuição. Ao mesmo tempo, ocorreu a estrutura e padronização de três listas auxiliares com os descritores para nomes próprios, instituições e locais geográficos.

Paralelamente ao desenvolvimento do Vocabulário Controlado, teve início o desenvolvimento do sistema integrado de catalogação e gerenciamento do acervo histórico, com

[19] Dentre as principais fontes utilizadas, podemos citar: AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (s.d.) e CONSELHO MUNDIAL DA ENERGIA (1992).

[20] Para a análise conceitual dos descritores, contamos com a colaboração de um especialista na área de Energia Elétrica e de uma doutoranda em Ciência da Informação, na área de Vocabulário Controlado.

a consolidação dos três sistemas de catalogação anteriormente utilizados pela Fundação Energia e Saneamento (*Enerdoc*, *Enerbiblio* e *Enermuseu*) em um único sistema denominado *Enerweb*. Desenvolvido em linguagem Aspx, utilizando banco de dados SQL-Server, esse sistema pretendia possibilitar a consulta online do acervo da Fundação e referenciar o acervo histórico do setor elétrico distribuído pelas empresas de São Paulo.

Além da transposição técnica dos sistemas, a solução das questões terminológicas demonstrou ser o ponto chave no processo de integração da busca nesse projeto, exemplificando nossa hipótese de que a recuperação da informação através de um vocabulário controlado terminológico, seja em uma biblioteca, arquivo ou museu, torna-se mais eficiente, já que sua busca ocorre sempre em relação a um contexto determinado, o qual possui uma terminologia específica. Ou seja, no nível do vocabulário controlado, os estudos temáticos e a unificação das listas de nomes compilados para o projeto possibilitaram a integração dos descritores utilizados na indexação, conforme relatado anteriormente. No nível da terminologia específica de cada área do conhecimento, ainda era necessário definir um ponto de acesso que pudesse unificar as questões de procedência, proveniência e responsabilidade dos acervos, de tal modo que fosse viável estabelecer as correlações existentes entre acervos diferenciados.

Dois exemplos ilustram essa necessidade: a possibilidade de localização numa mesma pesquisa de um equipamento técnico (museu), seu manual de instruções, fotos e relatórios de sua utilização na empresa (arquivo) e estudos técnicos relativos à utilização do mesmo equipamento (biblioteca); e, por outro lado, a necessidade de rastreamento das coleções formadas em cada uma das empresas, independentemente dos gêneros, suportes e especialidades de seus documentos / objetos.

Atualmente, está em andamento o *Eletromemória II*, com ampliação da sua área de domínio, onde a extensão do seu Vocabulário Controlado será desenvolvida. A operação online do Vocabulário Controlado ainda não está disponível para pesquisadores. O principal resultado do projeto foi a ampliação dos acessos de longa distância ao acervo histórico do setor energético mantido ou referenciado pela Fundação Energia e Saneamento, além da melhoria significativa na qualidade dos resultados de pesquisas realizadas, no que se refere à adequada indexação dos documentos e assuntos.

Toda essa descrição da metodologia e teorização do Vocabulário Controlado do projeto *Eletromemória I* evidencia que a importância do desenvolvimento de um Vocabulário Controlado consistente com o domínio do acervo representado é essencial para o efetivo desenvolvimento de sistemas de pesquisa documentária. Especialmente em acervos múltiplos,

como no caso da Fundação Energia e Saneamento, e no caso dos Centros de Memória, onde as referências metodológicas de tratamento são diversas, a integração possibilitada pelo desenvolvimento de um Vocabulário Controlado integrado garante que o pesquisador realize consultas de maior qualidade, valorizando o acervo como um todo.

O vocabulário *Eletromemória* foi construído numa tentativa de prover um acesso às três bases diferentes do acervo da Fundação Energia e Saneamento. Sabemos que, principalmente a partir da década de 1990, o ambiente empresarial de concessões à própria regulação da atividade econômica trouxe uma padronização mínima das referências terminológicas dos acervos ligados área da Energia Elétrica (MADIO, 2009). A existência desses padrões documentais mínimos para atendimento à legislação fiscalizatória possibilitou a interlocução entre acervos de distintas empresas do ponto de vista da terminologia utilizada. No entanto, a ocorrência desse tipo de controle para os acervos do início da implantação da energia elétrica, entre o final do século XIX e meados do XX, ainda é extremamente limitada, não existindo o controle de terminologia para a produção documentária ou para outras questões técnicas do patrimônio, como equipamentos e técnicas construtivas.

Em suma, os instrumentos para controle de vocabulário possibilitam a integração terminológica de diferentes áreas do conhecimento. A associação da pesquisa nos dois eixos – informação e documentos – permite o uso de um instrumento mais abrangente, tanto do ponto de vista dos conteúdos informados quando do controle terminológico da informação, proporcionando ao pesquisador um acesso amplo e qualificado ao acervo (BARBANTI e PAZIN, 2010).

4. Considerações Finais

Os propósitos e anseios desta pesquisa surgiram a partir da experiência com o projeto *Eletromemória I - História da Energia Elétrica no Estado de São Paulo: Acervos Documentais (1890/2005).* A expectativa para tal trabalho era que o desenvolvimento de um vocabulário controlado pudesse recuperar de modo eficiente a informação contida nos documentos que, após sua integração em Banco de Dados, representavam informações catalogadas e indexadas de formas diferentes.

Essa mudança de foco a respeito da organização da informação deveria considerar, por um lado, as informações registradas em documentos textuais e registros fotográficos dos acervos arquivísticos e bibliográficos; e, por outro lado, as informações sobre objetos tridimensionais catalogados à luz da museologia. Apresentou-se, portanto, um problema de como executar uma busca integrada das informações no domínio da energia elétrica nesses acervos, uma vez que as representações de cada documento haviam sido elaboradas em suportes de suas respectivas áreas iniciais (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia).

Analisamos que o dispositivo de guarda do acervo em questão se assemelhava a outros que comumente são definidos como Centros de Memória – o que nos levou a uma tentativa de conceituação do dispositivo denominado Centro de Memória, através de uma reflexão histórica e dos acervos mantidos nesse "lugar de memória". A problemática forma de organização e representação das informações documentais em Centros de Memória, com vistas à preservação e disseminação do acervo, insere esta pesquisa no campo da Ciência da Informação, mais precisamente no subcampo científico Organização e Representação do Conhecimento (ORC), ainda que os mesmos sejam identificados tradicionalmente com as áreas da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, devido à natureza e constituição dos tipos de documentos que constituem seus acervos, bem como os diferentes registros elaborados para a representação e recuperação dessa informação documental.

Os acervos de Centros de Memória possuem uma compleição específica, e estamos devendo uma caracterização à altura dessa disposição. Ao final desse trajeto de pesquisa, refletimos que o acervo do Centro de Memória era caracterizado por sua heterogeneidade, e que a sua finalidade era a guarda e disseminação da informação, com vistas à construção da memória escolhida. Essa heterogeneidade nos trouxe a necessidade de um estudo e de uma reflexão teórica mais aprofundados, no que concerne ao tratamento da informação nas três áreas

envolvidas pela nossa pesquisa. O levantamento trouxe uma perspectiva histórica das três áreas, estudadas verticalmente, trazendo pontos de intersecção e diferenciação entre elas.

Já que a representação de cada acervo é diferente, acarretando problemas em sua recuperação, propusemos a utilização das Linguagens Documentárias para compatibilizar a recuperação desses acervos, com diretrizes de tratamento da informação, especificamente para Centro de Memória, para além do suporte dos documentos de cada acervo. Entendemos que há necessidade da construção de uma Linguagem Documentária, compatibilizando a representação da informação. Assim, procuramos investigar e discutir a viabilidade de um novo modelo de vocabulários controlados que possa melhorar a qualidade do acesso à informação nos acervos de Centros de Memória e contribuir com os estudos sobre a linguagem no campo da Ciência da Informação.

Entendemos que essa construção deve ser pontuada por diretrizes específicas para a representação e recuperação da informação para Centros de Memória, como uma decisão administrativa estratégica para a padronização e otimização de serviços, e a racionalização da recuperação da informação. Estes procedimentos e diretrizes são trabalhados e acordados na construção de uma Política de Indexação.

Nossa proposta é de que os centros de memória precisam tratar os seus acervos heterogêneos de acordo com as áreas de origem no que se refere à catalogação e, ainda, devem ter um único instrumento para representação (indexação) da informação. Ou seja, no que se refere à *representação descritiva (catalogação)*, que sejam mantidas as especificidades de cada acervo; quanto ao *tratamento do conteúdo* dos documentos, este deve ser realizado a partir da utilização de um instrumento de controle do vocabulário – mais especificamente, um instrumento de controle terminológico único, que possibilite a recuperação da informação de forma conjunta sob um contexto determinado nos Centros de Memória.

Pretendemos criar um campo fértil para os estudos sobre pontos comuns e diferenciais na representação e recuperação da informação nas áreas que compõem, de uma forma ideal, a Ciência da Informação: a arquivologia, a biblioteconomia e a museologia.

Ao investigar e discutir a viabilidade de instrumentos que possam melhorar a qualidade do acesso à informação conservada e produzida em acervos de Centros de Memória, procuramos contribuir com os estudos sobre a linguagem no campo da Ciência da Informação, aliando à experiência profissional e a literatura especializada, com o recorte temático que nos compete na área: linguagem documentária dentro do processamento, recuperação e

disseminação da informação, partimos da premissa de que os Centros de Memória não possuem um tratamento de informação com especificidade para seus acervos.

O trabalho proposto se insere nas pesquisas atuais produzidas no campo da Ciência da Informação, mais especificamente sobre as Linguagens Documentárias, onde se defende que sem uma linguagem compartilhada não é possível a comunicação entre acervos, bases de dados e informação e seus usuários. Dada a escassez de bibliografia específica sobre a construção de um novo modelo, foram levantadas referências sobre a construção de Linguagens Documentárias e vocabulários controlados, em geral e em algumas áreas específicas, além da experiência com o projeto Eletromemória. Justamente por essas considerações, que garantem originalidade e atualidade a esta proposta de pesquisa, oferece-se uma possibilidade de prosseguimento dessas investigações, com a construção de um novo modelo de Linguagem Documentária para os Centros de Memória.

Referências Bibliográficas [21]

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 12676 - Métodos para Análise de Documentos,** ago. 1992. Disponível em: <http://www.abntcatalogo.com.br/norma.aspx?ID=3163>. Acesso em: 01dez. 2012.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **Glossário.** Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/biblioteca/glossario.cfm>. Acesso em: 25/09/2009.

ARAÚJO, Carlos Alberto A. Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia: relações teóricas e institucionais. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 16, n. 31. 2011.

_____. O pensamento crítico na Arquivologia, na Biblioteconomia e na Museologia. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação,** Ribeirão Preto, v. 5, n. 1, p. 27-46, mar./ago. 2014

_____. Ciência da Informação como campo integrador para as áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Informação & Informação,** v. 15, n. 1. Jan./jun. 2010.

ARAÚJO, Carlos Alberto; TANUS, Gabrielle. Proximidades conceituais entre arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação. **Biblionline,** João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 27-36, 2012.

AUSTIN, D. **Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesauros monolíngües.** Brasília: IBICT/SENAI, 1993.

BARBANTI, Cristina Hilsdorf; PAZIN, Marcia Cristina de Carvalho. **Vocabulário Controlado Como Ferramenta De Interlocução Para Sistemas de Gerenciamento de Acervos em Ambiente Web.** São Paulo: FES/FAPESP, 2010

BARROS, Lidia A. **Curso Básico de Terminologia.** São Paulo, EDUSP, 2004.

BELLOTTO, H. **Arquivos permanentes: tratamento documental.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

[21] De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas. NBR 6023.

BELUCHE, R. Terminologia e linguagem documentária: uma perspectiva histórica. **BIBLOS,** Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 22, n. 2. 2008.

BIANCHINI, M. Helena; FERREZ, Helena D. **Thesaurus para acervos museológicos.** Rio de Janeiro: MinC/SPHAN/Fundação Pró-Memória/MHN, 1987. 2 v. (Série Técnica, 1).

BOCCATO, Vera Regina Casari. Os sistemas de organização do conhecimento nas perspectivas atuais das normas internacionais de construção. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação,** v. 2, n. 1, 2011.

BOTTALLO, Marilúcia A Documentação dos Acervos Contemporâneos: critérios e metodologias: os sentidos do patrimônio e do colecionismo; métodos de registro; transitoriedade e permanência. In: **Anais do Encontro Conservar para NãoRestaurar.** Instituto Itaú Cultural, 2000. Disponível em: <http://www.itaucultural.org.br/conservar_nao_restaurar/ficha00.htm>. Acesso em: 01dez. 2012.

_____. A Gestão Documental do Patrimônio Arqueológico e Etnográfico. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP,** São Paulo, n. 6, p. 287-292, 1996.

BUCKLAND, Michael K. What is "document"? **Journal of the American Society for Information Science,** v. 48, n. 9, p. 804-809, 1997.

_____. Information as a thing. **Journal of the American Society for Information Science,** v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

_____. **Information and information systems.** New York; London: Praeger, 1991.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

BURKE, Peter. **A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: Edunesp, 1997.

_____. **O que é história cultural.** Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. **Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CABRÉ, M. T. **La terminologia: representación y comunicacion: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos.** Barcelona: IULA/Universitat Pompeu Fabra, 1999.

_____. Una nueva teoría de la terminologia: de la denominación a la comunicación. In: CORREIA, M. (org.). **Terminologia, desenvolvimento e identidade nacional: VI Simpósio Ibero-Americano de Terminología,** La Habana, 1998. Lisboa: Colibri/Iltec. p.41-60, 2002.

CAMARGO, A. M. A.; BELLOTTO, H. L. (Coord.). **Dicionário de terminologia arquivística.** São Paulo: ARQ-SP, 1996.

CAMARGO, Ana Maria e GOULART, Silvana. **Centros de Memória: uma proposta de definição**. São Paulo: Sesc São Paulo, 2015.

CAMARGO, Célia. Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas. In: **CPDOC 30 anos**. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 2003.

CANCLINI, N.G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização.** 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.

CAPURRO, Rafael. Epistemologia e Ciência da Informação. In: **Anais do V ENANCIB - Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação.** Belo Horizonte: Escola de Ciência da Informação da UFMG, 2003. Disponível em: <www.capurro.de/ enancib_p.htm>. Acesso em: 15 abr. 2015

CARLAN, Eliana; MEDEIROS, Marisa Bräscher Basílio. Sistemas de Organização do Conhecimento na visão da Ciência da Informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação** v. 4, n. 1, 2011.

CARNEIRO, M. V. Diretrizes para uma política de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 221-241, 1985.

CAVALCANTI, C. R. **Indexação & Tesauro: metodologia & técnicas.** Ed. Preliminar. Brasília: Associação de Bibliotecários do Distrito Federal, 1978.

CERÁVOLO, S. M. **Da palavra ao termo: um caminho para compreender museologia.** Tese (Doutorado). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2004.

CERÁVOLO, Suely; TALAMO, M. F. G. M. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 10, p.241-53. S. Paulo: 2000.

CHARTIER, Roger. **A aventura do livro: do leitor ao navegador.** Tradução de Reginaldo C. C. de Moraes. São Paulo: UNESP, 1999.

CINTRA, A. M. M et. al. Linguagens documentárias e terminologia. In: ALVES, I. M. (org.) **A constituição da normalização terminológica no Brasil.** São Paulo: FFLCH/CITRAT, 1996. (Cadernos de Terminologia, 1).

CINTRA, A. M. M. et al. **Para entender as linguagens documentárias.** S. Paulo: Pólis/APB, 2002.

COMITÉ EUROPÉEN DE NORMALISATION. **European Guide to Good Practice in Knowledge Management.** Brussels, CEN, 2004. Disponível em: <ftp://cenftp1. cenorm.be/PUBLIC/CWAs/e-Europe/KM/CWA14924-01-2004-Mar.pdf>. Acesso em: 05 abr.2015.

CONSELHO MUNDIAL DA ENERGIA. **Dicionário de Terminologia Energética.** 2ª ed. Associação Portuguesa de Energia, 1992.

CORTES, Cristina e RAPOSO, Rui. **A harmonização normativa em Instituições de Memoria: os desafios e dificuldades na interoperabilidade**. Disponível em: <http://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/435>. Acesso em: 4 maio de 2014.

DINIZ, Renato de Oliveira. **A intervenção estatal no setor elétrico paulista: as grandes empresas e as grandes usinas: 1953/1957.** Tese (Doutorado em História Social). Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2011.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle Louzada de Mattos DOBEDEI, Vera Lucia Doyle. **Tesauro: linguagem de representação da memória documentária.** Niterói: Intertexto / Rio de Janeiro: Interciência, 2002. 120 p.

_____. **O sentido e o significado de documento para a memória social.** Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). UFRJ. 1997.

FIORIN, J. L.; FLORES, V. N.; BARBISAN, L. B. **Saussure: a invenção da linguística.** São Paulo: Contexto, 2013.

FONTANELLI, Silvana Aparecida. **Centro de memória e ciência da informação: uma interação necessária.** Trabalho de Conclusão de Curso (Biblioteconomia). Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em: <http://rabci.org/rabci/sites/default/files/Fontanelli-Memoria.pdf>. Acessado em: 05 abr.2015.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. **PRECIS na língua portuguesa: teoria e prática de indexação.** Brasília: UnB/ABDF, 1989.

_____. A Leitura Documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação,** v.5 n.4, ago. 2004

GARDIN, J. C. et al. **L'automatisation des recherches documentaires: un modèle general.** Paris: Gauthier-Villars, 1968.

GOMES, Hagar Espanha; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. Tesauro e normalização terminológica: o termo como base para intercâmbio de informações. **DataGramaZero,** Revista de Ciência da Informação - v.5, n.6. Dez/2004.

GOULART, S. **Patrimônio documental e história institucional.** São Paulo: ARQ-SP, 2005.

GRACIOSO, Luciana de Souza. Parâmetros teóricos para elaboração de instrumentos pragmáticos de representação e organização da informação na Web: considerações preliminares sobre uma possível proposta metodológica. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação** v. 1, n. 1, 2010.

GUARNIERI, W. R. Museu, museologia, museólogos e formação. **Revista de Museologia,** São Paulo, Instituto de Museologia de São Paulo, ano 1, n. 1, p. 7-11, 2º sem. 1989.

GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação.** 2. ed. Brasília: IBICT, 1994.

INSTITUTO ITAÚ CULTURAL. **Centros de memória: manual básico para implantação.** São Paulo: Itaú Cultural, 2013. Disponível em: <http://novo.itaucultural.org.br/explore/blogs/centros-de-memoria-2/centros-de-memoria-manual-basico-para-implantacao-2>. Acessado em: 05 abr.2015.

KOBASHI, Nair Yumiko. Fundamentos semânticos e pragmáticos da construção de instrumentos de representação de informação. **DataGramaZero**, v. 8, n. 6, dez. 2007.

_____. **A elaboração de informações documentárias: em busca de uma metodologia.** Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 1994.

LAHARY, Dominique. Bibliothéconomie. In: CACALY, Serge (dir.). **Dictionnaire encyclopédique de information et de la documentation.** Paris: Nathan, 1997. p. 78-80. Trad. Ivete Pieruccini.

LANCASTER, F. W. **Indexação e resumos: teoria e prática.** Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1993.

LARA, M. L. G.; TÁLAMO, M. F. M.; KOBASHI, N. Y. Contribuição da terminologia para a elaboração de tesauros. **Ciência da Informação,** v. 21, n. 3, p. 197-200. Brasília: 1992.

LE COADIC, Yves François. **A ciência da informação.** Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LIMA, Vânia M. A. **Terminologia, comunicação e representação documentária.** Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo - Escola de Comunicações e Artes, 1998.

LIMA, V. M. A. et alii. O vocabulário controlado do projeto Eletromemória. In: **Simpósio Eletromemória: história da energia elétrica em São Paulo**. São Paulo: Fundação Energia e Saneamento, 2009.

LOPES, Aline Moreira & PIMENTA, Cristina (org.). **Como montar um centro de documentação: democratização, organização e acesso ao conhecimento.** Rio de Janeiro: ABIA, 2003.

LOPES, Ilza Leite. Uso das linguagens controlada e natural em bases de dados: revisão da literatura. **Ciência da Informação,** v. 31, n. 1, jan./abr. 2002.

MADIO, T. C. C. A História da Energia Elétrica no Estado de São Paulo, Acervos Documentais (1890-2005): o Projeto Eletromemória. **Ibersid**, 2009, p. 217-226.

MAIMONE, G. D. e TALAMO, M. F. G. M. Linguística e terminologia: contribuições para a elaboração de tesauros em ciência da informação. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação,** v.12, n.2, abr. 2011.

MEIRELLES, H. *Diretrizes de conservação em acervos museológicos.* In: GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO: Associação Cultural de Amigos Casa de Portinari.

Documentação e conservação de acervos museológicos. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2010.

MOREIRA, Manoel Palhares; MOURA, Maria Aparecida. Construindo tesauros a partir de tesauros existentes: a experiência do TCI - Tesauro em Ciência da Informação. **DataGramaZero,** v. 7, n. 4, ago. 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, p. 7-28, dez. 1993.

ORTEGA, Cristina Dotta. Relações históricas entre Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. **DataGramaZero,** Revista de Ciência da Informação - v.5, n.5 out. 2004.

_____. **Os registros de informação dos sistemas documentários: uma discussão no âmbito da representação descritiva.** Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, 2009.

_____; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de documento: de Otlet aos dias de hoje. **DataGramaZero,** Revista de Ciência da Informação, v. 11, p. 3, 2010.

PAZIN, M. **Arquivos de organizações privadas: funções administrativas e tipos documentais.** São Paulo: ARQ-SP, 2012.

REIS, Luís. O arquivo e arquivística: evolução histórica. **Biblios.** Portugal, ano 7, nº24, Abr-Jun. 2006.

RIBEIRO, João. **O que é positivismo.** São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção Primeiros Passos, vol. 72).

SARACEVIC, Tefko. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SHERA, J.; EGAN, M. Exame atual da Biblioteconomia e da Documentação. In: BRADFORD, S. C. **Documentação.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SIQUEIRA, Jéssica C. A classificação nos domínios das Três Marias. **Informação & Informação,** v. 16, n. 1. 2011.

SMIT, Johanna Wilhelmina. A interoperabilidade semântica entre os diferentes sistemas de informação no museu. In: MARINGELLI, Isabel Cristina Ayres da Silva; BEVILACQUA,

Gabriel Moore Forell (coord.). **I Seminário Serviços de Informação em Museus.** São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2010.

_____. Arquivologia/Biblioteconomia: interfaces das Ciências da Informação. **Inf.**, Londrina, v. 8, n. 1, jun./dez. 2003.

_____. Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia: o que agrega estas atividades profissionais e o que as separa? **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, Nova Série, v.1, n. 2, p. 27-36. S. Paulo: 2000.

_____. **Como organizar o arquivo enquanto sistema de informação.** São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2005.

_____. **O que é documentação.** S. Paulo: Brasiliense, 1987. (Coleção Primeiros Passos, vol. 174).

_____; KOBASHI, N. Y. **Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos.** São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003.

SUANO, Marlene. **O que é museu.** São Paulo: Brasiliense, 1986. (Coleção Primeiros Passos, vol. 182).

TÁLAMO, M. F. G. M. Terminologia e documentação. **TradTerm: Revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia FFLCH/USP,** São Paulo, n.7, p.141-151, 2001.

_____. **Linguagem documentária.** São Paulo: APB, 1997. (Ensaios APB, n. 45).

_____; LENZI, L. A. F. Terminologia e documentação: a relação solidária das organizações do conhecimento e da informação no domínio da inovação tecnológica. **DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação,** v.7, n.4 ago. 2006.

_____; SMIT, J. W. Ciência da Informação: pensamento informacional e integração disciplinar. **Brazilian Journal of Information Science**, v.1, n.1, p.33-57, jan./jul 2007.

TESSITORE, V. **Como implantar centros de documentação.** São Paulo: Arquivo do Estado de São Paulo, 2003. (Projeto Como Fazer, 09).

TOTINI, B., GAGETE, E. *Memória empresarial: uma análise da sua evolução.* In: NASSAR, P. (Org.). **Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações.** São Paulo: ABERJ, 2004, p. 113-126.

VAN DER LAAN, Regina Helena. Teoria Comunicativa da Terminologia (TCT) e Tesauros. In**: Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação (CBBD),** 21, 2005, Paraná. Trabalho AO077. 15 f

VARGAS, Dóris Fraga; VAN DER LAAN, Regina Helena. A contribuição da terminologia na construção de linguagens documentárias como os tesauros. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação,** v. 25, n. 1, jan./jun. 2011.